

O papel de uma Missão Diplomática na promoção da língua: o caso Português na Grécia.

Diogo Pereira Ramos

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Ciência Política
(2^o ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Pedro Miguel Alegria Silveira

outubro de 2023

Declaração de Integridade

Eu, Diogo Pereira Ramos, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M11561 de Mestrado em Ciência Política da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 07/10/2023



Agradecimentos

A minha primeira palavra de agradecimento não pode ter outro destinatário que não os meus pais. Ao meu pai e à minha mãe quero agradecer todo o apoio que sempre me deram ao longo da minha vida académica. Tive a sorte de ter tido sempre todas as condições para alcançar os objetivos académicos a que me propus. Portanto, para eles, obrigado pai! Obrigado mãe!

Um especial agradecimento à Gisela, por todas as sugestões, revisões e palavras de conforto quando o futuro parecia menos risonho. Obrigado, Gi, pela força que me deste e teres sido os “ouvidos” dos meus sucessivos desconfortos.

Deixo também um agradecimento ao Instituto Camões e à Embaixada de Portugal em Atenas, em especial à Sra. Embaixadora Helena Paiva, ao Dr. Thiago Carvalho e ao técnico cultural da Embaixada, Dr. Christos Kotsakopoulos, pela paciência e amabilidade demonstrada comigo.

Por fim, ao professor Dr. Pedro Silveira, que me guiou neste último ano. Um obrigado pela disponibilidade, pela aprendizagem e por me ter sempre mostrado que um obstáculo existe para ser ultrapassado.

Resumo

Os métodos tradicionais para a prática da diplomacia já não respondem totalmente às necessidades da política externa idealizada pelos Estados nos dias de hoje. Esta investigação surgiu com o objetivo de fazer chegar “luz” à importância de uma missão diplomática na promoção da cultura e língua de um país, através da análise da Embaixada de Portugal em Atenas.

Foram estudados os planos de atividades culturais da Embaixada de Portugal em Atenas, entre 2018 e 2022. Todas as atividades culturais promovidas por esta Embaixada são divulgadas no site oficial e redes sociais da missão, pelo que também consideramos estas fontes. No período em análise, a missão diplomática portuguesa em Atenas foi liderada por dois Embaixadores distintos.

Concluimos que a promoção da língua portuguesa é um interesse central na planificação cultural da Embaixada de Portugal em Atenas. No entanto, os resultados revelaram que, neste período, existiu uma preocupação desta missão diplomática em estender o raio de influência da ação cultural da Embaixada a um leque diversificado de setores culturais.

Estes resultados fornecem uma perspetiva valiosa para a compreensão do funcionamento de uma missão diplomática e dos mecanismos e meios existentes para estas procederem à promoção da língua portuguesa no estrangeiro.

Palavras-chave

Diplomacia; Missão Diplomática; Cultura; Língua Portuguesa.

Abstract

Traditional methods for practising diplomacy no longer fully meet the needs of the foreign policy idealised by states today. The aim of this research is to shed light on the importance of a diplomatic mission in promoting a country's culture and language by analysing the Embassy of Portugal in Athens.

We studied the cultural activity plans of the Embassy of Portugal in Athens between 2018 and 2022. All the cultural activities promoted by this Embassy are publicised on the mission's official website and social media, so we also considered these sources. During the period in question, the portuguese diplomatic mission in Athens was led by two different Ambassadors.

We concluded that the promotion of the portuguese language is a central interest in the cultural planning of the Embassy of Portugal in Athens. However, the results revealed that, during this period, there was a concern on the part of this diplomatic mission to extend the radius of influence of the Embassy's cultural action to a diverse range of cultural sectors.

These results provide a valuable perspective for understanding the workings of a diplomatic mission and the mechanisms and means that exist for them to promote the portuguese language abroad.

Keywords

Diplomacy; Diplomatic Mission; Culture; Portuguese Language.

Índice

Introdução	1
1. Revisão da Literatura	3
1.1 O Caminho até à Conceptualização de Diplomacia	3
1.2 Diplomacia Pública	6
1.3 A História e Importância das Missões Diplomáticas	11
2. Metodologia	14
3. Contexto Institucional	16
3.1 O primórdio da estima legislativa pela língua portuguesa	16
3.2 O peso da promoção da língua para o Governo	21
3.3 A base da cooperação dos Estados pela língua portuguesa: a CPLP	26
3.4 Missões Diplomáticas Portuguesas. O grande trunfo?	31
4. Apresentação de Resultados	38
4.1 A Embaixada de Portugal em Atenas	38
4.2 Atividades Culturais em 2018	39
4.3 Atividades Culturais em 2019	40
4.4 Atividades Culturais em 2020	42
4.5 Atividades Culturais em 2021	44
4.6 Atividades Culturais em 2022	46
5. Discussão de Resultados	49
Conclusão	56
Referências Bibliográficas	58

Lista de Figuras

Figura 1 – Número de medidas para a promoção da língua no estrangeiro nos programas de governo em Portugal.

Figura 2 – Atividades culturais planeadas por tutela para o ano de 2022.

Figura 3 – Número de atividades por categoria nos anos de 2018 a 2022.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Número de atividades culturais, por categorias, promovidas pela Embaixada de Portugal em Atenas em 2018.

Tabela 2 – Número de atividades culturais, por categorias, promovidas pela Embaixada de Portugal em Atenas em 2019.

Tabela 3 – Número de atividades culturais, por categorias, promovidas pela Embaixada de Portugal em Atenas em 2020.

Tabela 4 – Número de atividades culturais, por categorias, promovidas pela Embaixada de Portugal em Atenas em 2021.

Tabela 5 – Número de atividades culturais, por categorias, promovidas pela Embaixada de Portugal em Atenas em 2022.

Tabela 6 – Número de atividades total e médias por ano.

Tabela 7 – Atividades recorrentes.

Tabela 8 – Comparação entre atividades repetidas e esporádicas.

Tabela 9 – Peso das atividades de promoção direta e indireta da língua portuguesa (L.P.).

Lista de Acrónimos

USIA	United States Information Agency
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OE	Orçamento de Estado
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

Introdução

As missões diplomáticas assumem-se como pilares fundamentais das relações entre Estados, desempenhando um papel vital na promoção do entendimento, cooperação e paz entre as nações. O primeiro registo do estabelecimento de missões diplomáticas fixas remonta ao século XV (Pacheco, 2019). Desde aí, as atividades e funções das missões diplomáticas têm evoluído, adaptando-se às complexidades e desafios do mundo contemporâneo. Contudo, o que sabemos sobre a ação concreta das Embaixadas no estrangeiro é ainda muito pouco.

Determinados países, como a China, têm investido fortemente no conceito de diplomacia pública: através da criação de institutos e da ação das missões diplomáticas, os países promovem a sua cultura e língua com a finalidade de fortalecer a sua imagem junto do público estrangeiro. A eficácia e implementação da diplomacia pública de um Estado no estrangeiro depende largamente dos seus postos diplomáticos no estrangeiro. Qual será, então, o papel de uma missão diplomática neste contexto?

Esta dissertação visa responder a dois objetivos – a identificação do papel de uma missão diplomática na promoção da língua; e a descrição e caracterização da importância da promoção da língua portuguesa nas atividades de uma missão diplomática. Pretendemos não apenas clarificar a política e os mecanismos existentes para a execução da diplomacia pública portuguesa, mas também o papel concreto que as embaixadas desempenham nesta área.

Posto isto, a dissertação divide-se em cinco capítulos. No primeiro, realizamos uma revisão literária de conceitos e temas fundamentais. Começamos por construir a linha temporal da conceptualização de diplomacia até ao surgimento do conceito de diplomacia pública. Em seguida, definimos a história e importância das missões diplomáticas.

No segundo capítulo, apresentamos as nossas escolhas metodológicas. Em seguida, no terceiro capítulo, contextualizamos a promoção cultural e da língua portuguesa, contribuindo para revelar quais são as grandes referências institucionais que definem a promoção da língua portuguesa. Aqui descrevemos os mecanismos disponíveis para a promoção da língua no estrangeiro e a legislação existente sobre esta temática. Analisamos a constituição da República Portuguesa, as ações governativas e, com mais foco, o papel do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Embaixadas. No capítulo

seguinte tratamos de expor, passo a passo, a análise efetuada 45 atividades culturais entre 2018 e 2022 da Embaixada de Portugal em Atenas.

Terminamos com o capítulo de discussão de resultados e, no final, apresentamos uma conclusão, onde expomos os resultados da nossa investigação.

1. Revisão da Literatura

1.1 O Caminho até à Conceptualização de Diplomacia

É cada vez mais comum chegarem à casa do cidadão comum conceitos como “emergência de novos atores internacionais”, “diplomacia”, “direito internacional” e “ordem internacional”.

O direito internacional é um pilar fundamental da ordem internacional, constituindo o “árbitro imparcial nas relações entre os Estados soberanos e veículo de transformação para uma ordem internacional mais justa e de maior bem-estar para todos os seres humanos”. É através deste “código de leis” que os países devem reger a sua ação externa, de forma a promoverem valores como a liberdade, democracia, justiça ou paz (*Portal Diplomático, s.d.*).

A semente que originou o direito internacional como o conhecemos hoje foi plantada por Hugo Grotius no século XVII, na sua obra *De Fure Belli ac Paris*. O jurista e diplomata holandês analisou as práticas e tradições das relações entre os estados europeus àquela altura, e propôs uma série de medidas para tornar estas relações mais racionais e com o objetivo claro de conduzir à paz. Para Grotius, o direito internacional haveria de ser “a harmonia do mundo” (Watson, 2013).

Para manter a ordem internacional e assegurar o respeito pelo direito internacional, os Estados olham para a diplomacia como um instrumento de valor inigualável. Um Estado deve ter em conta as ambições e interesses dos seus vizinhos, tornando praticamente impossível a vivência em isolamento absoluto. É esta interdependência que torna indispensável o uso da diplomacia. Alguns autores, como Watson (2013, p. 5), defendem que esta visão pode, no entanto, ser eurocêntrica: *“Therefore, we must keep in mind the European origins of present-day diplomacy if we are to see where it has become inadequate and how it can sucessfully be adapted and in some respects wholly transformed to meet the requirements of the global expansion and radical change.”*

No caminho para a conceptualização de diplomacia, é importante distinguir este último de política externa. Apesar dos conceitos estarem interligados, são distintos. Política externa engloba “toda a atividade do Estado no domínio exterior, com o objetivo de

defender os seus interesses permanentes e essenciais no relacionamento perante outros Estados” (Neves, 2022, p. 66), enquanto a diplomacia é apenas o meio para atingir esse fim.

A linha de política externa da qual um Estado se rege não é criada de um dia para o outro, estando a mesma carregada de sentimentos subjetivos relativos a tradições, instituições, territórios, que lhe atribuem um valor cultural e característico. Schafer e Walker (2006) acreditam que são as ideias e valores culturais de um Estado que fundamentam as doutrinas da sua política externa – o *“belief system”*.

A política externa de um Estado pode rejeitar a estrutura normativa da sociedade internacional e praticar o isolacionismo. Mas uma alteração profunda à identidade da política externa de um Estado está “apenas” à distância de uma circunstância histórica relevante, ou da intensificação do contacto das elites políticas nacionais com atores internacionais (Mendes, 2021). Por exemplo, a revolução de 25 de abril de 1974, em Portugal, cujas alterações provocaram uma mudança notória na política externa do país.

O que é, então, diplomacia? O conceito é pouco consensual entre os estudiosos, mas existem alguns pontos de concórdia que nos permitem definir uma linha orientadora. Satow (1932) define diplomacia como sendo a “aplicação da inteligência e do tato na condução das relações oficiais entre os governos de Estado independentes”. Também Nicolson (1942) acredita que diplomacia é a “gestão de relações” entre os Estados soberanos, mas sempre através de “processos de negociação”.

Alguns autores, ao conceptualizar diplomacia, preferem enfatizar a vertente pacífica deste instrumento. Calvet Magalhães (2013) definiu diplomacia como “instrumento de política externa para o estabelecimento e desenvolvimento dos contactos pacíficos entre os governos de diferentes Estados”. Para o autor, a relação entre Estados deverá ser pacífica e conduzida por “agentes diplomáticos” reconhecidos igualmente por ambas as partes. Duarte (2011) entende que a condução da política em tempos de guerra deve ser dirigida por “militares e estrategistas”, mas que em tempos de paz, as relações entre os Estados devem ser conduzidas pelos diplomatas.

Em sentido contrário, outros estudiosos realçam o papel da diplomacia em períodos de guerra. Na opinião de Morgenthau (2003), a diplomacia só se verifica quando o objetivo é um dos seguintes: persuasão, conciliação ou ameaça do uso de força. O autor defende inclusivamente que o representante diplomático de uma grande potência deve

sempre aludir à força militar do seu país, de forma a tornar atrativo uma possível conciliação. Aron (2002) considera a diplomacia como uma das bases fundamentais para o relacionamento entre Estados. Em tempo de guerra, é a diplomacia, aliada da política e da estratégia, que permite a continuação de relações entre Estados, até quando estes são inimigos, vista a ambiguidade da diplomacia enquanto forma de ameaça ou paz. Kissinger (2007) refuta as visões mais sombrias, considerando a diplomacia como uma arte – a arte dos Estados “se relacionarem entre si por acordo e não pelo exercício da força”.

Recentemente, alguns autores começaram a especificar a vertente multilateral que a diplomacia ganhou com a entrada na cena política das organizações internacionais. Sousa (2008) escreve que o conceito de diplomacia surge como um instrumento que favorece a política externa dos Estados, mas clarifica que um Estado, por meio de intermediários, não desenvolve contactos apenas com outros Estados, mas também com outros atores do sistema internacional – o desenvolvimento de relações multilaterais. A diplomacia poderá ser, portanto, “um instrumento dos Estados e dos sujeitos reconhecidos pelo direito internacional para, através de representantes mutuamente aceites e de forma predominantemente pacífica, cooperarem no quadro da legalidade internacional para a defesa e harmonização dos respetivos interesses” (Neves, 2022).

A diplomacia como a conhecemos hoje teve um grande impulso em 1961, com a celebração da Convenção de Viena para as Relações Diplomáticas, patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com a consciência da necessidade do reconhecimento do estatuto dos agentes diplomáticos, a convenção teve como grande objetivo estabelecer as normas do relacionamento diplomático, privilégios e imunidades que advêm dessa prática, de forma a contribuir para o desenvolvimento de relações amistosas entre todos os Estados, independentemente das suas diferenças constitucionais e sociais (UN, 1961).

O documento redigido nesta convenção consagra as cinco grandes funções de um diplomata, que nos permitem também ter uma ideia da noção existente, àquele período, do que era diplomacia: representação; defesa dos interesses nacionais; estabelecimento de negociações; troca de informações; e promoção de relações económicas, culturais e científicas.

Trata-se de uma conceção num tempo em que as relações internacionais consistiam, essencialmente, na representação pelo embaixador e pelo soldado – “diplomacia e

guerra eram as práticas em que se desmembrava a interação entre as unidades soberanas. A diplomacia era justamente uma função de soberania e aqui predominava o *hard power*". Esta ideia surge na obra *Estudo da Estrutura Diplomática Portuguesa*, onde os autores defendem a substituição do predomínio do *hard power* pelo *soft power*, nomeadamente por funções que hoje parecem adquirir uma maior importância, como a garantia da segurança e ligação à comunidade nacional residente, a defesa de vias pacíficas na resolução de conflitos, defesa dos direitos humanos, acompanhamento de visitas de Estado ou de governantes, responsabilidades protocolares, acompanhamento da participação das forças armadas em missões no estrangeiro, e a promoção da cultura e imagem do país (Moita et al., 2019).

Vários autores (Hao et al., 2019; Rojas-Méndez, 2013) acreditam que, cada vez mais, a promoção da cultura e imagem de um país é uma prioridade ascendente na política externa dos Estados. As nações estão ativamente a competir para difundir a sua cultura no panorama internacional. A diplomacia pode ser uma mais valia à concretização deste objetivo, e o uso deste instrumento para esse fim já originou um novo conceito: diplomacia pública.

1.2 Diplomacia Pública

A sociedade contemporânea de Estados não é culturalmente homogênea, e isso representa um desafio no diálogo diplomático e no respeito pelo direito internacional. Diferentes Estados têm diferentes estratégias, influenciadas pelas características filosóficas, políticas, culturais do próprio Estado e das suas elites, características que, em muitos casos, começaram a formar-se logo desde o nascimento da nação (Johnston, 1995).

Cultura é um conceito "nebuloso", com definição incerta. Alguns autores referem cultura como sendo imagens, tradições e guiões coletivos que definem o ambiente externo e moldam a integração interna e externa de um grupo (Smircich, 1983; Wildavsky, 1985). Booth (1979), no seu trabalho *Estratégia e Etnocentrismo*, define cultura como uma "série de padrões" prevalente num grupo de seres humanos num determinado período de tempo. Para o autor, cultura abraça diferentes modos de pensar e agir, e hábitos sociais distintos, identificáveis por símbolos, sinais,

conhecimento, ideias e valores que podem variar de nação para nação – “*Cultural thoughtways – myths as well as reason – form the core of societies and play a central role in the affairs of men*” (1979, p. 14). Johnston (1995) reparou que a grande maioria das definições para o termo cultura partilhavam de alguns elementos comuns, chegando a refletir que “*culture consists of shared assumptions and decision rules that impose a degree of order on individual and group conceptions of their relationship to their social, organizational or political environment*”.

Como escrevemos anteriormente, é cada vez mais constante observar estudiosos a defender uma maior importância do *soft power* em relação ao *hard power* na diplomacia contemporânea. O autor do conceito de *soft power* foi Joseph Samuel Nye, cientista político norte-americano, que descreveu o termo como sendo o poder das sociedades em atrair o apoio de outros às políticas implementadas pelos seus governos. Ao contrário de *hard power* – o poder de coerção – este novo conceito representa todos os aspetos que tornam uma sociedade mais atrativa para outros, como o sistema político, a literatura, cinematografia, culinária, língua (Hall, 2012). Na obra *The Rise of Netpolitik*, o conceito de *soft power* é definido como o uso de persuasão, informação pública, educação, comunicação, cultura, investimento e marketing para assegurar apoio público a interesses, valores e políticas de um Estado (Bollier, 2003).

O *soft power* não escapa a algumas críticas. Há quem argumente que este poder é fraco, superficial e o impacto que pode ter é pouco tangível. Além disso, os diplomatas tradicionais parecem manter algumas reservas sobre a sua implementação, apesar de não desvalorizarem a atratividade teórica do conceito (Seib, 2014). A eficácia do *soft power* pode depender do conhecimento do público-alvo sobre as qualidades da nação promotora. Se não for mobilizado de forma efetiva, o *soft power* é apenas um recurso passivo e sem grandes efeitos práticos. É necessário existir uma congruência entre a projeção do emissor e aproximação ao recetor (Lee, 2011; Mattern, 2005). É, talvez, para permitir esta congruência, que surge a diplomacia pública – o instrumento que conecta o emissor ao recetor.

Não podemos afirmar que a diplomacia pública – comunicação direta e indireta com o público através do cultivo da imagem, intercâmbio cultural e educacional – é algo recente. Esta prática está enraizada na tradição diplomática desde os tempos antigos (Melissen, 2007). A segunda guerra mundial popularizou uma conotação negativa à diplomacia pública, que muitas vezes se confundia com o conceito de propaganda. Existia a necessidade de influenciar a opinião pública sobre matérias de política externa e cultivar a imagem dos Estados em países alheios. Para muitos países europeus, a

reconstrução de uma identidade nacional foi parte fundamental no pós-segunda guerra, e a diplomacia pública assumiu um papel relevante neste processo – por um lado, era necessário cultivar internamente uma narrativa de valores, tradições e credibilidade às instituições, e por outro, projetar essa narrativa e a compreensão da mesma ao resto do mundo. Os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, marcaram o renascimento da diplomacia pública. Políticos, analistas e norte-americanos em geral não compreendiam como é que a sua identidade – ideais, valores, instituições e política externa- pudesse ter sido vítima de um ataque de tamanha barbaridade. As autoridades norte-americanas cedo compreenderam que era necessário comunicar / expor a imagem dos Estados Unidos a nível internacional de forma mais clara e objetiva – *“telling and selling the American story”* (McConnell et al., 2012; Smith et al., 2016, pp. 168–183).

A definição de diplomacia pública não é algo consensual entre os estudiosos, talvez pelo seu “reviver” ter sido recente ou pela conotação negativa que lhe foi incutida no século XX. Os Estados Unidos da América criaram uma agência (USIA), dissolvida em 1999, cujo objetivo era, única e exclusivamente, fazer avançar a diplomacia pública norte-americana. A sua missão era “promover os interesses nacionais dos Estados Unidos da América através da compreensão, informação e influência do público estrangeiro”. Christopher Ross, ex-coordenador da diplomacia pública no Departamento de Estado norte-americano, definiu este instrumento como sendo a “face pública” da diplomacia tradicional. Um ex-representante britânico na União Europeia afirmou em 2002 que “o propósito da diplomacia pública é influenciar a opinião em países-alvo de forma a facilitar possíveis ações do nosso governo” (Leonard et al., 2002).

Os governos utilizam a diplomacia pública para fazer prevalecer visões favoráveis sobre o seu país e as suas políticas junto do público estrangeiro. Um governo não deve falar apenas para outro governo, mas contemplar públicos globais. É usar a diplomacia pública para fazer avançar os seus interesses – não apenas informar, mas moldar a informação para que os seus propósitos sejam servidos. É, portanto, uma linha bastante tênue aquela que separa diplomacia pública de propaganda (Seib, 2016). Não obstante, este instrumento é melhor empregue quando a finalidade visa a construção de redes duradouras entre indivíduos e instituições que possam influenciar amplamente a relação entre esse Estado e um povo. O objetivo é ganhar influência, mas não necessariamente a curto prazo – *“public diplomacy is about changing minds”* (Hall, 2012). Uma das grandes diferenças entre a diplomacia pública e a diplomacia tradicional é o envolvimento que a primeira permite junto de um grupo muito mais vasto de pessoas e interesses que vão para além dos governos num período específico

de tempo. Desde promover a familiaridade e apreciação do público estrangeiro para com o Estado emissor até facilitar a cooperação económica e científica entre nações, as possibilidades de impacto deste instrumento são imensuráveis.

A diplomacia pública toma forma de diferentes maneiras, variando consoante os países e diplomatas responsáveis. A aplicação deste instrumento pode ser feita através de meios de comunicação social financiados por um governo ou serviços de comunicação independentes. Pode ser utilizado através de intercâmbios culturais e educacionais, publicidade e outras formas de relações públicas ou comunicação estratégica (Hall, 2012). Vejamos alguns exemplos.

A última década revelou a aposta dos países da Ásia na diplomacia pública (Hall & Smith, 2013). A China tem uma linha de diplomacia pública bem definida, com a aposta a recair, maioritariamente, nos Institutos Confúcio, que se dedicam ao ensino do mandarim e cultura chinesa nos campus universitários internacionais. Os objetivos deste instituto inclui a criação de alianças estratégicas com empresas, indústrias e governos, e o fortalecimento dos laços com a diáspora chinesa, bem como a promoção da “consciência” da língua e cultura chinesas (Ding & Saunders, 2006). Sob tutela governamental, o número de Institutos Confúcio no mundo já ultrapassaram os 400 (Seib, 2014). O Japão fez da difusão do mangá (ou animes) a bandeira da sua diplomacia pública. Este país possui um dos maiores e bem-sucedidos programas de intercâmbio cultural. Patrocinado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério da Educação, todos os anos centenas de graduados universitários de todo o mundo são convidados a aprender japonês no país. O propósito deste programa é o de “internacionalizar as comunidades locais” e implementar raízes culturais japonesas nos alunos estrangeiros (Snow et al., 2009, pp. 270–281).

As instituições ligadas à diplomacia pública que emergiram na Europa carregam consigo um modelo de ação muito específico, com uma ênfase cultural acentuada e quase sempre com uma estratégia definida pelos respetivos Ministérios dos Negócios Estrangeiros. O Reino Unido é um dos grandes líderes europeus no setor da diplomacia pública, com as escolas British Council a serem responsáveis pelo ensino de inglês a mais de 350 mil pessoas todos os anos. O instituto é também responsável por organizar programas de intercâmbio educacional que promovem a língua, imagem e cultura britânica (Leonard et al., 2002). Em 1951, com os ecos da segunda guerra mundial ainda perceptíveis, a Alemanha fundou o Instituto Goethe, que hoje conta com a presença em mais de 80 países. Apesar de estar organizada como instituto privado, o governo alemão possui um assento no conselho diretivo e influencia a linha direcional

das políticas adotadas. As principais funções do instituto passam pelo ensino de alemão e promoção da imagem da Alemanha e da sua cultura. Recentemente, foi adotado o objetivo do instituto sobressair como principal “ponte” para o diálogo entre a cultura europeia e muçulmana (Snow et al., 2009, pp. 270–281). A França viu-se obrigada a alterar a sua política de diplomacia pública quando percebeu que era muito difícil fazer a aprendizagem de francês competir diretamente com o inglês. Em vez do realce à singularidade da cultura francesa, as autoridades deste país começaram a promover o multilinguismo – se o inglês se assume como a língua global, é importante que uma segunda língua estrangeira seja aprendida, e que essa seja o francês (Leonard et al., 2002).

Como vimos, a diplomacia pública enfrenta ainda alguma oposição, nomeadamente de muitos diplomatas tradicionalistas que consideram este instrumento sinónimo de propaganda. Outros estudiosos acreditam ser problemático a intromissão da opinião pública no domínio da política externa e no seio das elites. O envolvimento do público pode trazer satisfação a curto prazo, mas também pode levar à tomada de decisões populistas e ao prejuízo de resultados em política externa a longo prazo (Smith et al., 2016). A diplomacia tradicional continua a ter um papel relevante na política externa de um Estado, mas partilha agora o palco com um novo tipo de diplomacia, mais orientado para o público. Como tal, os diplomatas contemporâneos devem aliar as interações governamentais e institucionais com o desenvolvimento de uma ligação às comunidades e cidadãos locais (Seib, 2016).

Em suma, não é descabido afirmar que a diplomacia pública tem vindo a aglomerar uma importância crescente na estratégia de política externa de muitos países. O contacto diplomático com o cidadão comum é relevante para a construção de uma imagem positiva de um Estado, para a melhor aceitação das suas políticas, e para a divulgação da cultura nacional junto do público estrangeiro. Uma constante em todos os exemplos dos países que referimos acima é a importância dada à língua. Quer seja através de atividades culturais, financiamento de programas de ensino ou intercâmbio cultural entre estudantes, a ideia-chave é fácil de decifrar: ao promover a língua junto de um cidadão estrangeiro, estamos também a promover a nossa cultura, o nosso país, os nossos ideais e tradições, ao mesmo tempo que o nosso poder de influência aumenta – *soft power*.

1.3 A História e Importância das Missões Diplomáticas

A diplomacia, como instrumento pacífico de resolução de conflitos, tinha um caráter itinerante e temporário – quando as comunidades necessitavam de resolver um assunto, recorriam a enviados especiais. Na historiografia, a queda de Constantinopla (1453) é normalmente utilizada para marcar o fim da Idade Média, e novos valores, ideais e costumes entraram em ação na Europa. O século XV foi particularmente importante para a diplomacia, pois marcou a desconsideração da diplomacia itinerante e temporária em prol de uma diplomacia fixa. O primeiro grande exemplo desta nova prática aconteceu em Itália. Este país dividia-se, àquela altura, em diferentes cidades-estado, e estas tinham necessidade de manter contactos frequentes entre elas. A intensa e continuada atividade diplomática dos Estados italianos levou à criação da figura do Embaixador residente (Pacheco, 2019).

A França foi a última das grandes potências europeias a adotar o sistema de embaixadas permanentes. No entanto, foi a partir deste país, já no século XVII, que algumas vozes ligadas ao clero, nomeadamente o cardeal Richelieu, pediam que a diplomacia permanente fosse impulsionada neste país. A guerra dos 80 anos (ou revolta holandesa) teve término no ano de 1648, com a assinatura da Paz de Vestefália. Este tratado originou o sistema de Estados-nação, delimitados territorialmente, dotados de soberania e tendencialmente laicos. Aproveitando o contexto político e a sua posição de primeiro-ministro francês, o cardeal Richelieu implementou a doutrina da “*raison d'état*” como princípio fundamental da diplomacia europeia. A negociação deveria ser um processo permanente, com vista à criação de relações sólidas e duradouras, e não apenas para a resolução de conflitos. Os ideais do cardeal fizeram com que a França, em 1685, detivesse a maior rede de embaixadas permanentes da Europa (Pacheco, 2019).

A rede diplomática portuguesa só começou a desenvolver-se a partir de 1640. No século XVI foram instaladas três missões diplomáticas permanentes: Roma (1512), Paris (1522) e Madrid (1525). O domínio espanhol interrompeu o processo de evolução da rede diplomática portuguesa, que só voltaria a ter início com a restauração da independência (Pacheco, 2019). Quando D. João IV sobe ao trono, foram enviadas representações diplomáticas permanentes a Estocolmo, Haia, Londres, Paris e Roma. Com a assinatura da paz com Espanha e o reconhecimento da Santa Sé da monarquia portuguesa, a legitimidade jurídica e política de Portugal estava assegurada, e o número de missões diplomáticas permanentes duplicou.

Só no século XX é que a rede diplomática portuguesa veio a conhecer novas movimentações relevantes. A instauração da república, e depois o início do período do Estado Novo, trouxeram um novo impulso à relação de Portugal com as potências estrangeiras. O período em que Salazar assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1936-1947) ficou marcado pela incessante propaganda pró-lusitana na imprensa nacional e internacional. A vitória dos aliados na II Guerra Mundial fez soprar ventos de mudança, e lançou para o palco internacional a questão colonial portuguesa. A pressão ao imperialismo lusitano na Organização das Nações Unidas fragilizou a rede diplomática portuguesa. A pressão só viria a cessar após a Revolução de abril. Se em 1974 Portugal tinha apenas 68 missões diplomáticas permanentes junto de governos estrangeiros, nos cinco anos seguintes esse número subiu para 114 (Pacheco, 2019).

Atualmente, os últimos dados indicam que Portugal conta com 76 embaixadas – 29 na Europa, 18 em África, 16 na Ásia, 12 nas Américas e uma na Oceânia. O século XXI, sobretudo após a crise financeira de 2008, que teve grande impacto em Portugal, trouxe à rede diplomática portuguesa uma nova cultura organizacional. Apesar de alguma inovação nas estruturas e modo de funcionamento das representações externas, é de notar ainda a fraca disponibilidade para modernizar “costumes” – quase metade (48,2%) dos diplomatas portugueses afirmou, em 2019, que são as tarefas de administração e gestão que mais ocupam o seu quotidiano, relegando para segundo plano a ação política, diplomacia pública e representação protocolar (Moita et al., 2019).

Os Estados, como membros da comunidade internacional, partilham interesses comuns que se manifestam no estabelecimento e relações diplomáticas. Mas o estabelecer de relações diplomáticas não significa forçosamente o estabelecimento de missões diplomáticas. Esta distinção encontra-se clarificada no artigo segundo da convenção de Viena sobre as relações diplomáticas (UN, 1961), Vejamos, então, o que podemos entender por missão diplomática.

Brito (2007, p. 37) acredita que a definição de missão diplomática tem dois sentidos: subjetivo e orgânico. Ao primeiro cabe o entendimento de missão diplomática como o conjunto de pessoas (diplomatas e restante pessoal) que se dedica à atividade diplomática. O segundo sentido diz respeito à missão diplomática como serviço do Estado além-fronteiras cujo objetivo é prosseguir a atividade diplomática. Cahier, citado em Pacheco (2019), define missão diplomática como “órgão de um sujeito de direito internacional instituído de maneira permanente junto a um outro sujeito de

direito internacional e encarregado de garantir as relações diplomáticas desse sujeito”. Cahier acredita que o conceito de missão diplomática deve incluir outras cláusulas, como a garantia que a preservação da missão não é afetada pelas mudanças de pessoal, a clarificação dos privilégios e imunidades que a missão goza, o consentimento entre dois Estados para a existência da missão, entre outros. Diniz (2003, p. 759) descreve missão diplomática como um serviço público do Estado, instalado permanentemente no território do Estado acreditador. Neves (2022, p. 229) vai ao encontro de Diniz e sumariza missão diplomática como um serviço público do Estado, instituído no Estado acreditador, com o objetivo de promover relações diplomáticas, sendo, porém, um órgão autónomo do pessoal que lhe está adstrito. A convenção de Viena de 1961 explicitou as principais funções de uma missão diplomática: representação, proteção, negociação, informação e promoção. Os membros de uma missão diplomática estão hierarquizados em duas categorias: os agentes diplomáticos (Embaixador, diplomatas e adidos) e os membros da missão com funções administrativas e técnicas (Ramos, 2014).

Mas porque as nações gastam tantos recursos em missões diplomáticas? Nos tempos de hoje, em que a informação está amplamente disponível através de várias alternativas e os custos de comunicação são irrisórios, justifica-se a manutenção de uma embaixada no estrangeiro apenas pelo prestígio? Apesar de vivermos num mundo cada vez mais tecnológico, não é só a reputação que ainda mantém a utilidade de uma missão diplomática. Rose (2007) descobriu que a criação de uma missão diplomática tem correlação direta com o aumento das exportações do Estado acreditante no Estado acreditador.

Ao longo destas páginas viajámos por várias temáticas que nos inculcaram a importância e relevância de conceitos como diplomacia, diplomacia pública, elites diplomáticas e missões diplomáticas. Vivemos num mundo em constante mudança, mas parece que a importância de uma missão diplomática continua intocável aos olhos dos Estados. Rose (2007) demonstrou que manter uma embaixada tem efeitos a nível económico. E o texto construído nesta revisão de literatura demonstrou que, para além da vertente económica e consular, a embaixada é “sinal mais” na proximidade entre Estados, na promoção do Estado acreditante e na difusão da sua cultura e língua.

2. Metodologia

Os objetivos desta dissertação são a identificação do papel de uma missão diplomática na promoção da língua; e a caracterização da importância da promoção da língua portuguesa nas atividades de uma missão diplomática.

Estes objetivos foram cumpridos através de uma abordagem descritiva, tanto no que diz respeito à análise do contexto institucional, como das atividades da missão diplomática portuguesa em Atenas. Neste último, utilizámos como método o estudo de caso devido à utilidade de realizar uma análise detalhada sobre um contexto específico, permitindo compreender as especificidades da atuação da missão diplomática. Assim, após a análise institucional da promoção da língua portuguesa no estrangeiro, utilizámos o caso da Embaixada de Portugal em Atenas, entre os anos de 2018 e 2022, para melhor compreensão de como são, na prática, executadas estas orientações legais. Embora com pouca capacidade de generalização, os resultados desta missão diplomática podem ser úteis para lançar pistas sobre outras missões diplomáticas de características (como tamanho e geografia) semelhantes. O estudo de caso permitiu ainda identificar outros fatores que podem pesar na forma como é efetuada a promoção da língua portuguesa no estrangeiro pelas missões diplomáticas.

Para realizar o primeiro objetivo recorreremos, primariamente, à identificação de legislação e documentação oficial, para além dos mecanismos e processos existentes para o efeito. Para o segundo, utilizámos os planos de atividades culturais da Embaixada de Portugal em Atenas de 2018 a 2022, para além da consulta ao website oficial e redes sociais desta missão diplomática. Com efeito, no cumprimento de ambos os objetivos, recorreremos à análise documental. Numa primeira parte, foram analisados vários documentos oficiais e legislação referente à promoção da língua portuguesa, possíveis meios disponíveis para o fazer e outras temáticas relacionadas que nos pudessem auxiliar a chegar ao grande objetivo de clarificar a estratégia da política externa portuguesa em relação à promoção do português no estrangeiro. Para facilitar a compreensão ao leitor e tornar a investigação clara, organizámos o capítulo em três partes.

A primeira parte identifica a promoção da língua portuguesa no estrangeiro aos olhos da Constituição, da Assembleia da República e da Presidência da República. Na segunda parte, incidimos e analisamos documentação e informação de carácter

governamental, inclusive programas de governo e orçamentos de estado. Por fim, descobrimos o papel da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) na promoção da língua portuguesa a nível global. Considerados três órgãos de soberania nacional (Presidente, Assembleia da República e Governo), a Constituição e, a nível internacional, a CPLP, fica enquadrada a importância da promoção da língua portuguesa no estrangeiro em termos oficiais.

Posteriormente, no caso de estudo, analisámos cinco planos de atividades culturais da Embaixada de Portugal em Atenas – 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. As embaixadas devem elaborar e enviar para o Instituto Camões, todos os anos, um plano de atividades culturais que, como o nome indica, refere as atividades culturais a organizar / promover naquele ano (*Camões, I.P.*, 2016d). Para fortalecer a descrição das atividades e também para fins de complementação, analisámos o website oficial da Embaixada de Portugal em Atenas, onde todas as atividades culturais promovidas foram publicitadas.

Para facilitar o tratamento dos dados estatísticos que retirámos da análise dos planos de atividades culturais e construção dos gráficos expostos nesta investigação, inserimos cada atividade em uma de cinco categorias definidas: língua portuguesa; cinema; música; literatura; e outros. A categoria “outros” engloba atividades de setores que, nos cinco anos de análise, apenas surgiram representadas de forma esporádica. Entre essas estão, por exemplo, atividades na área do teatro, dança, fotografia, entre outros. Todas as atividades pertencentes à categoria “outros” são pormenorizadas em certo momento da análise, por motivos de transparência.

O período em análise (2018-2022) serve o nosso propósito por diversas razões. Primeiramente, pois acreditamos que a análise de cinco planos de atividades culturais é um número suficiente para compreender a atividade de uma missão diplomática, ao mesmo tempo que permite que se consiga uma análise minuciosa. Este período engloba também a ação de dois distintos Embaixadores, o primeiro Embaixador responsável pelos planos de atividades culturais até 2019, e o segundo pela elaboração dos restantes planos até 2022. A alteração do responsável máximo pela definição e elaboração dos planos de atividades culturais em análise enriquece a nossa investigação, pois permite que os resultados não fiquem reféns de um contexto muito particular. Reiteramos que o nosso objetivo não é comparar o trabalho de um Embaixador com outro, nem sequer de o avaliar, pelo que optámos por omitir o nome dos Embaixadores em causa.

3. Contexto Institucional

3.1 O primórdio da estima legislativa pela língua portuguesa

O mundo lusófono tem potencialidades culturais evidentes: para além dos milhões de falantes, a língua portuguesa tem estatuto oficial em nove países, distribuídos pela Europa, África, América do Sul e Ásia. O poderio económico e político do Brasil, o papel político de Portugal na Europa e o potencial dos países Africanos e Timor-Leste confirmam a presença e progressão do Português no mundo, sendo todos eles atores relevantes na promoção da língua portuguesa (Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado, 2010).

Neste capítulo descobrimos a legislação e documentos oficiais mais importantes sobre a promoção e difusão da língua portuguesa no mundo. Partindo da reconfiguração identitária da política externa portuguesa que a revolução do 25 de Abril exigiu, olhamos para a Constituição, para a Assembleia da República e para a Presidência da República para percebermos a importância da língua portuguesa no respetivo documento e órgãos de soberania. No caso da Assembleia da República, verificamos se a promoção da língua portuguesa no estrangeiro é objeto em resoluções, recomendações ou outro tipo de documentação gerada por este órgão, realçando as mais relevantes. A importância da promoção da língua portuguesa no caso da Presidência da República pode ser verificada, essencialmente, através de declarações / intervenções do Presidente. De seguida, analisamos na legislação referente ao Governo e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros documentação em que a promoção da língua portuguesa no estrangeiro se assumia protagonista, bem como em programas de governo e orçamentos de estado, num período de tempo definido. Por fim, enquadrámos o papel da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) como grande instrumento dos Estados-membros desta organização para a definição de uma política concertada de promoção da língua portuguesa no estrangeiro, global e transversal às diferentes preferências de cada Estado-membro. Ao estudar três órgãos de soberania nacional (Presidente, Assembleia da República e Governo), a Constituição e a CPLP, acreditamos ter as ferramentas necessárias para enquadrar e perceber a

importância que a promoção da língua portuguesa no estrangeiro assume em termos institucionais.

Por internacionalização de uma língua entende-se o “conjunto de processos pelos quais uma língua nacional se transforma em língua de vários países; ou é escolhida por cidadãos de outros estados como língua segunda ou língua estrangeira” (Castro, 2009). O português é, sem dúvida, uma língua internacional, fruto de quatro distintas políticas de internacionalização que podem variar no espaço europeu, global, lusófono e nacional. Sendo o inglês a língua predominante, e com poucas possibilidades de disputar a segunda posição, a língua portuguesa confina-se ao reforço da sua “apetecibilidade” em relação a outras línguas secundárias, seja através da promoção de redes de ensino pré-escolar, básico e secundário postas ao serviço das comunidades de emigrantes portuguesas, seja pela aculturação de imigrantes. A aprendizagem e o interesse pela língua portuguesa está estritamente conectada à capacidade atrativa de Portugal como nação de cultura, ciência e turismo (Castro, 2009). Mas a internacionalização da língua portuguesa ganhou um especial relevo após a desintegração do império colonial português. Findado o domínio territorial, a manutenção e alargamento da esfera de influência do português teria agora de se fazer por outros meios e instituições.

A revolução de 25 de abril de 1974 e conseguinte queda do Estado Novo forçou um processo de “reconfiguração identitária” da política externa de Portugal. Era necessário cultivar a imagem de um país democrático, europeu e anticolonialista com vista à concretização de quatro dinâmicas (Mendes, 2021; Pereira, 2018) que surgiram na reconstrução dos interesses da política externa:

“- Normalização, período correspondente à institucionalização da democracia e que exigia a implementação de ideias e práticas democráticas nas novas elites.

- Europeização, que visava facilitar a adaptabilidade do país às exigências necessárias para a entrada na Comunidade Económica Europeia.

- O atlântico como porta de entrada da Europa.

- O mundo lusófono.”

A crescente multilateralização da política externa portuguesa, sobretudo em organizações internacionais, a institucionalização das relações externas lusófonas e a definição de uma diplomacia económica ativa com vista à internacionalização da economia portuguesa foram alguns eixos estratégicos da nova política externa

portuguesa, onde também se realçava a necessidade de definir, consolidar e operacionalizar uma política de cooperação e promoção cultural de Portugal (Mendes, 2021). Desde o século XV que as “infinitas” possibilidades do Atlântico tinham um peso relevante na política externa portuguesa, e foi essa busca por um espaço único extraeuropeu que permitiu a emergência e consolidação de um mundo lusófono que as novas elites políticas democráticas não queriam abrir mão (Pereira, 2018). Isto é observável não só na especial atenção que sempre foi dada às relações com os países de língua portuguesa, mas também no reajustamento interno da posição de Portugal, após 1974, como grande promotor da cultura e língua portuguesa pelo mundo. Afinal de contas, e como disse Winston Churchill: “O poder de controlar a língua é muito mais vantajoso do que tomar províncias ou países para os explorar. Os impérios do futuro são os impérios do espírito” (Laborinho, 2010).

A Constituição foi redigida pela Assembleia Constituinte, eleita na sequência das primeiras eleições gerais livres, e ratificada em 1976. O mais importante documento da Terceira República Portuguesa marca o conjunto de normas jurídicas e orientações que ocupam o topo da hierarquia do direito do Estado português, e logo desde a sua primeira versão que se vincou a importância da língua portuguesa. Para além de estabelecer como língua oficial do País (C.R.P., art. 11), determina como tarefas fundamentais do Estado português (C.R.P., art. 9), entre outras:

“- Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam.

- Proteger e valorizar o património cultural do povo português [...]

- Assegurar o ensino e a valorização permanente, defender o uso e promover a difusão internacional da língua portuguesa.”

Apesar do Estado ter obrigação de desenvolver “relações culturais” com todos os povos e assegurar a “defesa” e a “promoção” da cultura portuguesa no estrangeiro (C.R.P., art. 78), os laços de “amizade e cooperação” com os países de língua portuguesa devem ser “privilegiados” (C.R.P., art. 7).

As comunidades portuguesas no estrangeiro podem assumir-se como o grande trunfo para a difusão da língua e cultura, reconhecido pelo incumbir ao Estado da obrigação de assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua e acesso à cultura portuguesa (C.R.P., art. 74). Esta premissa na Constituição deu origem a que a Assembleia da

República decretasse uma Lei, a 28 de setembro de 1977, sobre “Língua e cultura portuguesas no estrangeiro” – sendo a primeira relevante sobre esta temática. A Assembleia da República é um dos órgãos de soberania nacional previstos na Constituição e tem como principal poder o de legislar, ou seja, fazer as leis. Por isso, a sua atuação inserida na temática que este trabalho aborda é merecedora de estudo.

Posto isto, a 28 de setembro de 1977 foi atribuída competência ao Estado para desenvolver junto dos governos dos países de imigração iniciativas diplomáticas com vista à proteção dos direitos educacionais dos cidadãos portugueses e seus descendentes, nomeadamente o direito à conservação da língua e cultura nacionais (Lei nº 74/77, art. 1). O Estado tem o dever de promover a integração do ensino da língua e cultura portuguesas nos sistemas de educação dos países onde estão radicados cidadãos portugueses e seus descendentes. Quando essa situação não for possível, é obrigação do Estado criar ou oficializar escolas e cursos para se atingir a finalidade da Lei (Lei nº 74/77, art. 2). Foi também determinada uma série de orientações com vista a facilitar o cumprimento das atribuições acima referidas, nomeadamente a fixação de critérios para a seleção e nomeação de professores, a possível parceria com associações de emigrantes portugueses através da concessão de subsídios ou fornecimento de material didático, e a promoção de acordos internacionais com vista ao incentivo para a criação de leitorados de português e inclusão do ensino e da especialização em português nos cursos adequados do ensino superior de outros países, em que também é responsabilidade do Estado definir em que condições pode assumir encargos financeiros (Lei nº 74/77, art. 3; art. 6).

Existindo um conjunto de leis, diretivas e competências a exercer para a promoção da língua portuguesa, é a Assembleia da República que tem assumido um papel de “fiscalizador”, ou pelo menos de “lembrete” aos sucessivos governos de que esta temática não pode, nem deve, cair no esquecimento das tutelas. Por exemplo, em 2001, é aprovada pela Assembleia da República uma Resolução “em defesa do ensino e divulgação da língua e da cultura portuguesas no estrangeiro”. Esta resolução recomendava ao governo o reforço das medidas de promoção e do ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro, a articulação entre diferentes organismos (RTP Internacional, Embaixadas, entre outras) e a elaboração de um relatório anual onde constasse a avaliação dos resultados e das condições de desenvolvimento do ensino da língua portuguesa no estrangeiro (Resolução da Assembleia da República n.º 56/2001). Em 2017, a Assembleia da República aprova outras duas resoluções relevantes para a língua portuguesa: a primeira, que recomendava ao governo uma política ativa, eficaz e

global de defesa e projeção da língua portuguesa, sugeria o “revitalizar” do empenho político e diplomático em tornar a língua portuguesa uma das línguas oficiais da Organização das Nações Unidas, o alargamento da rede de leitorados e de universidades com cursos de português, a aposta na formação contínua de professores para lecionar no estrangeiro, entre outras (Resolução da Assembleia da República n.º 16/2017); a segunda, recomendava ao Governo medidas para a internacionalização da língua portuguesa e o desenvolvimento da rede de ensino de português no estrangeiro. O texto aprovado exigia que o Estado garantisse, no prazo máximo de quatro anos, “a criação de escolas portuguesas em todos os países lusófonos, assim como nas áreas consulares que possuam um número de, pelo menos, 200 mil cidadãos portugueses devidamente registados e referenciados” e apoiasse todas as iniciativas que garantissem a integração do ensino da língua nos sistemas educativos de outros países, para além da necessidade de afirmar a língua portuguesa enquanto língua de trabalho na Organização das Nações Unidas (Resolução da Assembleia da República n.º 17/2017).

A necessidade de promover e internacionalizar a língua portuguesa é uma ideia transversal aos diferentes órgãos de soberania nacional, incluindo o Presidente da República. Sendo o Chefe de Estado e tendo como principal poder o de representação da república, o Presidente pode ser um ator importante na promoção da língua portuguesa no estrangeiro, até mesmo pela “pressão” que pode exercer sobre outros órgãos e instituições para que os objetivos sejam atingidos. Em 2015, Cavaco Silva enviou uma mensagem ao Secretário-Geral das Nações Unidas à altura, Ban Ki-moon, sublinhando a importância de promover a língua portuguesa no sistema das Nações Unidas (Lusa, 2015). Já na era de Marcelo Rebelo de Sousa, o Presidente da República afirmou, em 2019, a necessidade de “proteger” e “apoiar” o português e reforçou o papel das organizações internacionais, universidades e instituições da sociedade civil na promoção da língua portuguesa, que continua “viva e em expansão” (Presidência Portuguesa, 2019). Viria a reforçar esta necessidade, três anos depois, com um apelo à maior intervenção do poder político nesta matéria: “A todos, portugueses e estrangeiros, que leem, falam, traduzem, escrevem ou estudam português, devem os responsáveis políticos, a começar pelo Presidente de República, palavras de atenção e gestos concretos” (Lusa, 2022).

A importância da promoção e difusão da língua portuguesa parece estar bem assente nos órgãos mais altos de soberania em Portugal – da Assembleia da República até ao Presidente, e até mesmo na Constituição. Falta ainda desvendar o papel do governo nesta dinâmica, até porque é deste órgão que tem de partir a “execução política” para a implementação de práticas e medidas.

3.2 O peso da promoção da língua para o Governo

Cada Estado pode seguir uma política autónoma de promoção da língua no estrangeiro. No caso português, a responsabilidade de planeamento e execução de uma política nacional de promoção da língua no estrangeiro recai sobre os sucessivos governos, mesmo que isso possa significar a delegação desse poder a institutos sobre administração direta ou indireta do Estado, como, por exemplo, o Instituto Camões. Estando previsto na Constituição portuguesa a defesa, valorização, promoção e difusão da língua pelo Estado (C.R.P., art. 9), existe uma questão que se levanta – que importância atribuem os governos a esta temática? Recorrendo a vários documentos oficiais desde a implementação da democracia em Portugal, é possível construir uma narrativa que nos permita a retirada de algumas ilações a este respeito.

Começemos pelos programas de governo. Cada governo, no início do seu mandato, apresenta um programa onde constam as principais orientações políticas e medidas a adotar ou a propor nos diversos domínios de atividade governamental. A figura na página seguinte ilustra uma breve análise feita aos programas de 12 governos, tendo sido selecionados os mais duradouros e de forma a que existisse uma diversificação sólida da amostra temporal (1976-2022). Interessa perceber se os diferentes programas continham medidas para a promoção da língua portuguesa no estrangeiro – se não, o campo respetivo ao programa desse governo é assinalado a vermelho. Se sim, mas apenas uma ou duas medidas, o campo é assinalado a amarelo. Três ou mais medidas merecem o preenchimento do campo a verde.

Governo	Medidas para a promoção da língua no estrangeiro
I (1976)	Amarelo
IX (1983)	Amarelo
XI (1987)	Vermelho
XII (1991)	Amarelo
XIII (1995)	Verde
XIV (1999)	Verde
XV (2002)	Vermelho
XVII (2005)	Verde
XVIII (2009)	Verde
XIX (2011)	Amarelo
XXI (2015)	Verde
XXIII (2022)	Verde

Número de medidas	Cor
0	Vermelho
1-2	Amarelo
3+	Verde

Figura 1 – Número de medidas para a promoção da língua no estrangeiro nos programas de governo em Portugal.¹

O primeiro programa de governo da era democrática foi bastante vago em relação à importância da língua portuguesa, como talvez seria de esperar, tendo em conta a conjuntura do país. Houve espaço, no entanto, para se referenciar uma medida que se inseria nas políticas de valorização cultural, e que previa a responsabilidade do governo em procurar constituir, de acordo com os países estrangeiros, “um sistema eficaz e coordenado do ensino da língua portuguesa em escolas para os filhos dos emigrantes portugueses em zonas de fixação mais densa” (Governo de Portugal, 1976, p. 131). É de notar que praticamente todos os programas reconhecem, a certo ponto, a importância da promoção e difusão da língua portuguesa no estrangeiro, embora alguns não contenham algum tipo de medida efetiva para o efeito. Por exemplo, no programa do XI Governo Constitucional (1987) podia ler-se sobre a necessidade da “defesa e

¹ Os programas de governo podem ser consultados através do link <https://www.historico.portugal.gov.pt/>

valorização da língua e da cultura portuguesas” (Governo de Portugal, 1987, p. 64), mas sem nunca ser mencionada qualquer medida para o efeito. Quando olhamos para a Figura 1, podemos concluir que até 1991 a promoção da língua portuguesa no estrangeiro não era considerada uma temática relevante, pelo número escasso de medidas apresentadas. Vale mencionar que, apesar do programa do XII Governo Constitucional apenas ter uma medida prevista, esta viria a revelar-se importante para a difusão da língua portuguesa no estrangeiro: a criação do Instituto Camões (Governo de Portugal, 1991, p. 23).

A partir de 1995 as medidas para a promoção da língua portuguesa no estrangeiro parecem ganhar uma relevância maior para os sucessivos governos. Nos cinco programas de governo analisados entre 1995 e 2009, apenas um (2002) não continha três ou mais medidas para a promoção da língua no estrangeiro, apesar de neste se ler que a defesa e afirmação da língua e cultura portuguesas no mundo era um dos “eixos estratégicos” do governo àquela altura (Governo de Portugal, 2002, p. 21). Não obstante, foi um período de grande dinamização para o desenvolvimento na promoção da língua, seja pela dotação do Instituto Camões de mais meios (Governo de Portugal, 1995, p. 55), pela criação de programas tendentes a reforçar a utilização do português como língua de trabalho em organizações internacionais (Governo de Portugal, 1999, p. 122), pelo fomento da aprendizagem do português como língua não materna (Governo de Portugal, 2005, p. 157) ou a elaboração e adoção do Acordo Ortográfico de forma a assegurar a unidade da língua portuguesa e a sua universalização (Governo de Portugal, 2009, p. 58).

Em 2011, as medidas cingiram-se apenas à eficiência do ensino português no estrangeiro e numa reforma do Instituto Camões (Governo de Portugal, 2011, p. 249). Recentemente, os últimos dois programas de governo retomaram a tendência do reconhecimento da importância da promoção da língua portuguesa no estrangeiro com um leque de medidas planeadas para a concretização deste objetivo. Nos dois programas, é comum a menção a um caminho para que o português seja reforçado nas instâncias internacionais e o apoio à CPLP.

Em suma, e tendo como auxílio uma breve análise da quantidade de medidas inseridas nos programas dos governos selecionados, podemos concluir que a partir de meados da década de 90 iniciou-se uma tendência de reconhecimento e valorização da importância da promoção da língua portuguesa no estrangeiro por parte dos sucessivos governos, excetuando apenas dois mandatos – 2002 e 2011.

Se os programas de governo podem ajudar-nos a medir a importância de uma política de promoção da língua portuguesa no estrangeiro para um governo, os orçamentos de Estado (OE) são outro documento que nos pode iluminar sobre os mecanismos ao dispor do governo para a condução dessa política. Sendo o orçamento de Estado um instrumento de previsão das receitas e despesas de um Estado num determinado ano civil, é um documento que exige apresentação à Assembleia da República todos os anos. Como tal, é impossível para o âmbito deste trabalho a análise de todos os Orçamentos de Estado desde 1974. Por isso, e também devido à maior dificuldade em aceder a documentos deste tipo mais antigos, restringimos a nossa análise a todos os orçamentos de Estado que conseguimos aceder de forma detalhada a partir de 2010.

Posto isto, é perceptível que o Instituto Camões é o “instrumento vital da política externa cultural e da afirmação de uma política de língua” (Ministério das Finanças, 2011, p. 159). O Instituto é mencionado praticamente em todos os documentos analisados, sobretudo para se efetuar o reconhecimento do papel deste na “difusão e promoção da língua e cultura portuguesas” (Ministério das Finanças, 2016, p. 118) e que, de certa forma, sustentam as verbas atribuídas ao Instituto Camões para a prossecução da sua missão. Os anos da crise financeira em Portugal significaram uma redução da despesa do Instituto Camões (Ministério das Finanças, 2013, p. 153), mas o investimento tem vindo a ser recuperado – para 2017 estava orçamentado um aumento de despesa de 2,2% para o Instituto Camões em relação ao ano anterior (República Portuguesa, 2016) e em 2022 mais de 70 milhões de euros estavam previstos para serem alocados ao Instituto (Ministério das Finanças, 2022, p. 184). Em 2023, foi declarada a intenção de “duplicar” o orçamento do Instituto (Negócios Estrangeiros - Orçamento do Estado 2023).

Conseguimos também decifrar outras prioridades relativas à promoção da língua, nomeadamente o sucessivo investimento em medidas relacionadas com a rede de ensino de português no estrangeiro (Ministério das Finanças, 2022, p. 184; Negócios Estrangeiros - Orçamento do Estado 2023; República Portuguesa, 2016) e o reforço da presença da língua portuguesa em organizações internacionais, em especial no sistema das Nações Unidas (Negócios Estrangeiros - Orçamento do Estado 2020; República Portuguesa, 2016). É também declarada a necessidade de, por forma a consolidar a difusão da língua e cultura portuguesas, fortalecer os recursos da rede externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente, as Embaixadas (Negócios Estrangeiros - Orçamento do Estado 2020).

Com maior ou menor intensidade, a promoção da língua portuguesa no estrangeiro foi conseguindo ocupar um lugar na ação política dos governos, sendo esse esforço mais notório a partir da viragem do milénio. Isto pode ser justificado com uma série de documentos legislativos que foram elaborados, sendo os mais relevantes descritos nos próximos parágrafos.

Desde 1998 que o governo começou a apresentar à Assembleia da República o Programa Integrado da Cooperação Portuguesa, programa em que a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento detinha consideráveis responsabilidades. É de ter em consideração que esta agência viria a fundir-se, mais tarde, com o Instituto Camões. Por exemplo, na apresentação do programa do ano de 2000, estava previsto o investimento de cinco milhões de “contos” para a construção de escolas portuguesas em Luanda e Maputo, para os centros de língua portuguesa no mundo, e ainda para o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2000).

Em 2008, o Conselho de Ministros determinou que “a promoção da língua portuguesa no mundo é um dos vetores da ação internacional da diplomacia portuguesa” e que a política cultural externa do governo teria, como linhas orientadoras, o desenvolver de parcerias com os Estados membros da CPLP, o reforço da utilização da língua portuguesa como língua de comunicação internacional e a promoção do ensino e da aprendizagem da língua portuguesa no estrangeiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008). Assim, o Conselho de Ministros resolveu aprovar uma estratégia global para “o reconhecimento da importância cultural, geoestratégica e económica da língua portuguesa no mundo” que continha uma série de medidas como, e entre outras:

- Promoção do desenvolvimento económico através da exploração das potencialidades associadas à língua portuguesa como instrumento de comércio e negócios;
- Alargamento da rede qualificada de ensino do Português no estrangeiro;
- A criação do Fundo da Língua Portuguesa;
- Desenvolvimento de novos meios de divulgação da língua com vista a conferir à língua portuguesa uma renovada capacidade de comunicação na era digital;

Em 2016 foi publicada uma Resolução do Conselho de Ministros que reestruturou e deu um novo impulso á difusão da língua portuguesa no mundo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016). Determinou-se o lançamento, todos os anos, de um documento intitulado por “Ação Cultural Externa”. O novo modelo de funcionamento da internacionalização de Portugal atribuiu ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Ministério da Cultura a responsabilidade de coordenarem conjuntamente uma política pública de ação cultural externa, no âmbito das respetivas competências. Para além do destaque para a ação cultural das Embaixadas e Consulados e para a promoção da diplomacia cultural, ficou determinado que “todos os organismos e serviços públicos com promoção internacional, nas áreas educativa e social, da economia e do turismo, devem integrar a difusão da língua [...] nos respetivos planos de ação” (República Portuguesa, 2017).

A cultura tem vindo a revelar-se um elemento central para a afirmação de Portugal no estrangeiro, sobretudo pela valorização da língua. Se esta afirmação pode ser suportada pela panóplia de legislação, resoluções e outros documentos oficiais, também os membros dos governos procuram sempre, na ocasião certa, exaltar a importância da língua portuguesa. O primeiro-ministro português António Costa, em discurso na ONU, reiterou a necessidade de atribuir ao português o título de língua oficial das Nações Unidas, afirmando que a língua portuguesa é “um instrumento de comunicação com dimensão global” e referindo a previsão de que, até meados do século XXI, esta deverá ser falada por 400 milhões de pessoas (A. Oliveira, 2017). Noutra ocasião, lembrou a necessidade de investir no ensino do português, pois para além do interesse pela sua aprendizagem ser cada vez maior, é necessário ter em mente que a língua “antes de ser dos países e dos povos, é das pessoas” (República Portuguesa, 2022b).

3.3 A base da cooperação dos Estados pela língua portuguesa: a CPLP

A criação de uma comunidade que reunisse os países que partilham a língua portuguesa começou a ser idealizada na década de 80. Em 1983, no decurso de uma visita oficial a Cabo Verde, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, referiu que “o processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África,

Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efetivar consultas políticas frequentes entre diretores políticos e encontros regulares de representantes nas Nações Unidas ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da união interparlamentar” (CPLP, 2023).

O decisivo impulso foi dado em 1994, quando os sete Ministros dos Negócios Estrangeiros (Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) se reuniram em Brasília para recomendar aos respetivos governos a realização de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo com vista à adoção de um ato constitutivo da CPLP. Finalmente, em 1996, a realização da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Lisboa, marcou a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, onde se viria a juntar Timor-Leste (2002) e a Guiné Equatorial (2014).

A CPLP assume-se como um projeto político, fundamentado pela língua portuguesa, com três eixos de ação fundamentais: a concertação político-diplomática; a cooperação em diferentes domínios; e a promoção e a difusão da língua portuguesa (*Portal Diplomático*, s.d.). No seio destes eixos principais, é de realçar uma das determinadas vias a percorrer pela Comunidade: a ação conjunta dos Embaixadores dos Estados da CPLP junto de capitais estrangeiras no desenvolvimento de atividades e promoção da língua (Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado, 2010, p. 25). A Comunidade sustenta-se não só através dos recursos cedidos pelos governos dos países membros, mas também com meios disponibilizados através de parcerias com organismos internacionais, organizações não-governamentais e entidades privadas.

A dinâmica da Comunidade torna-a uma organização de valor considerável, especialmente para os países africanos e Timor-Leste. Outro sinal do estatuto da Comunidade e da sua importância é o número de Estados Observadores que fazem parte da mesma – superior ao número de Estados-Membros e que inclui países de todas as zonas geográficas, desde a Namíbia até à Turquia, Japão, Geórgia, Qatar, Canadá, Perú, entre outros.

O crescimento da CPLP levanta também alguns desafios. Nem todos os países partilham dos mesmos interesses no propósito de pertencer à Comunidade, o que pode comprometer a ação da organização como um todo. O seu potencial, no entanto, é enorme – o mundo lusófono é construído com base numa identidade comum onde se partilham laços não só linguísticos, mas também históricos. O Embaixador português

Pedro Sanchez da Costa Pereira escreveu recentemente que Portugal olhava para a CPLP como “a melhor forma” de “promover a cooperação entre países amigos com valores, língua e história em comum”. Reiterou também que Portugal irá promover o alargamento da esfera de influência da Comunidade pois só assim se pode “reforçar o sentimento de pertença à lusofonia” (Pereira, 2018, p. 269).

No seio da CPLP está inserida uma instituição que acarreta consigo uma peculiaridade extremamente interessante: embora os seus estatutos refiram que foi criada “pelos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, esta nasceu em 1989, sete anos antes da fundação da CPLP (Decreto n.º 19/99, 1999; *Portal Diplomático*, s.d.). Falamos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Segundo os mesmos estatutos, o IILP tem por objetivos fundamentais “a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico” – ou seja, na orgânica interna da CPLP, é o IILP a instituição responsável pela construção de políticas concretas de promoção e difusão da língua portuguesa (Decreto n.º 12/2012).

O IILP é um caso único dentro das grandes línguas internacionais, dispondo de um modelo de gestão moderno, paritário e multilateral, com regras para a participação de cada Estado nas políticas da língua. Apesar de ser maioritariamente financiado por contribuições obrigatórias dos Estados Membros, dispõe de autonomia para captar externamente recursos financeiros (G. M. de Oliveira, 2019). Foi a criação do IILP que potencializou o nascimento da CPLP anos mais tarde. Foi também uma instituição que nasceu sem as elites políticas e diplomáticas estarem capacitadas para a sua instrumentalização, isto porque, segundo Oliveira (2019):

“- Existia ainda no fim da década de 80 / início da década de 90 uma identificação forte entre língua e literatura, o que ajudava a manter uma visão “monumental e elitista” de língua incompatível com o movimento de difusão e inclusão, que seria adequado a uma organização multilateral.

- A identificação entre língua e país, que conduzia a modelos nacionais de promoção linguística e que conflituavam com a ideia de uma língua comum e internacional.”

A partir da sua institucionalização na CPLP, o IILP ganhou uma relevância determinante por tratar da língua como fenómeno pluricêntrico e internacional, e não como língua nacional. Tratando a língua portuguesa como uma só, escudada de dialetos ou interesses, o IILP é hoje responsável não apenas por promover e difundir uma só

língua portuguesa, mas também por elaborar e executar políticas linguísticas partilhadas e cooperativas, envolvendo todos os países da Comunidade, sem distinção (Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado, 2010, p. 157). Em suma, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa é o grande instrumento de cooperação entre os países que compõem o mundo lusófono para avançar com a expansão do português como língua global.

A importância da atuação conjunta dos Estados tem vindo a ser cada vez mais realçada como “fator-chave” no processo de mundialização da língua portuguesa e na introdução do português em organizações internacionais. É neste sentido que vão surgir no seio da CPLP dois planos de ação – o de Brasília e o de Lisboa. O Plano de Ação de Brasília foi um documento elaborado em 2010 que definiu uma estratégia comum e global para a promoção e difusão da língua portuguesa. Atualmente vigora o Plano de Ação de Lisboa, ratificado em 2014.

O primeiro plano de ação realçava a importância de introduzir o português como “língua de documentação” nas Nações Unidas e “língua de trabalho” na UNESCO. Pretendia-se também um maior controlo na verificação da utilização efetiva do português nos organismos internacionais em que já é língua oficial e/ou de trabalho. Em relação a estratégias de promoção e difusão da língua, queria-se ampliar o alcance dos programas de formação de professores para o ensino do português bem como da oferta para os alunos. Outros eixos de ação mencionavam a importância da língua portuguesa nas diásporas e a participação da sociedade civil (Plano de Ação de Brasília, 2010).

Quatro anos mais tarde é redigido o Plano de Ação de Lisboa, que não só fez um balanço do anterior plano, como também “atualizou” as novas diretrizes para a internacionalização da língua portuguesa. Cientes de que a promoção e difusão da língua portuguesa constituem um dos três objetivos gerais estabelecidos nos estatutos da CPLP, os Estados-Membros definiram as áreas da ciência, economia e educação, bem como a cooperação e o foco nas organizações internacionais como prioridades (CPLP, 2014). Algumas das medidas definidas são:

- Valorização do uso do português na comunicação e produção científica, bem como o patrocínio da Comunidade a projetos científicos.

- Sensibilização de agentes financeiros e empresariais para o valor económico da língua portuguesa.

- Investimento na formação de professores para ensino da língua portuguesa no estrangeiro e em cursos de oferta.
- Mobilização das comunidades das diásporas para a promoção da língua portuguesa.
- Desenvolvimento de ações concertadas, com vista à adoção do português como língua oficial ou de trabalho no sistema das Nações Unidas, designadamente pela criação e financiamento de centros de tradutores e intérpretes.

Embora a adoção dos “Planos de Ação” tenham, efetivamente, uniformizado uma estratégia para promoção da língua portuguesa, não significa que anteriormente era cada país por si. Um exemplo da cooperação anterior aos Planos de Ação é o Dia Mundial da Língua Portuguesa. Desde 2005 que a CPLP celebrava a língua e cultura lusófona no cinco de maio, inclusivamente com uma série de iniciativas junto da UNESCO. Em 2009, a Comunidade decidiu instaurar oficialmente o cinco de maio como Dia da Língua Portuguesa e da Cultura (UNESCO, 2020). Também a Assembleia da República resolveu, em 2014, instituir o cinco de maio como o Dia Internacional da Língua Portuguesa (Resolução da Assembleia da República n.º 69/2014). A partir daí iniciou-se um conjunto de trabalhos diplomáticos para que a UNESCO reconhecesse este dia como o Dia Mundial da Língua Portuguesa - “A língua não é apenas um instrumento de comunicação. É o portador de todo um leque de expressões culturais e transmite identidade, valores e visões do mundo. É um recipiente que contém a diversidade cultural e o diálogo entre civilizações. [...] A língua portuguesa ocupa um lugar central nesta abordagem, tendo em conta a sua história, a sua geografia e os seus próprios termos e expressões que têm enriquecido outras línguas” (UNESCO, 2019) - assim se podia ler na introdução do documento oficial da UNESCO que estabeleceu, finalmente, o cinco de maio como Dia Mundial da Língua Portuguesa. Não só uma vitória cultural, mas também política e diplomática, que realça a necessidade da cooperação dos países da CPLP para que a expansão da língua portuguesa no mundo se desenvolva de forma progressiva e eficaz.

Não estranha, portanto, que neste dia se propicie uma série de afirmações de personagens políticas relevantes com o intuito de marcar a importância da língua portuguesa no mundo. Por exemplo, em 2018, e ainda antes da resolução da UNESCO, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva anunciou a realização

de 180 iniciativas em 57 países, patrocinadas pelo Instituto Camões, para celebrar o dia. Destacou a realização de várias “manifestações culturais, literárias e musicais” nos jardins das Nações Unidas que representavam “o anseio” de uma cada vez maior utilização da língua portuguesa nesse organismo (*Portal Diplomático*, 2018). João Gomes Cravinho, atual MNE, referiu em 2022 que este dia “é uma oportunidade para inscrever a língua portuguesa nas diversas agendas globais, sejam elas culturais, académicas, diplomáticas ou até económicas”, anunciando também a realização de cerca de 150 atividades comemorativas à escala global (*Portal Diplomático*, 2022).

3.4 Missões Diplomáticas Portuguesas. O grande trunfo?

O Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) formula, coordena e executa a política externa de Portugal. Cabe ao MNE assegurar a representação do Estado português junto de outros países e de organizações internacionais, através da sua rede externa de embaixadas, missões permanentes e postos consulares (*Portal Diplomático*, s.d.). É da responsabilidade do MNE, entre outras, a condução e coordenação da participação portuguesa no processo de construção europeia e garantir a proteção dos cidadãos portugueses no estrangeiro. A Lei Orgânica do MNE (Decreto-Lei n.º 121/2011) explicita as atribuições deste departamento governamental no apoio e valorização das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e na defesa e promoção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

A ação externa do MNE em matéria de cooperação para o desenvolvimento e promoção da língua e da cultura portuguesas é prosseguida pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., sob a superintendência e tutela do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Para compreender o papel de uma missão diplomática na promoção da língua portuguesa, é necessário olhar primeiro para o Instituto Camões e decifrar o seu modo e campo de funcionamento. A verdade é que o papel das Embaixadas na promoção da língua no estrangeiro e o Instituto Camões “andam de mãos dadas” na legislação e documentos oficiais sobre esta temática, como iremos constatar mais adiante.

O próprio MNE é o primeiro organismo a reconhecer que é através do Camões que “se assegura a prossecução de uma política de ensino e divulgação da língua e da cultura

portuguesas no estrangeiro” (*Portal Diplomático*, s.d.). Na introdução do Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico de ensino de português no estrangeiro afirma-se como objetivos do governo a promoção, valorização e consolidação da língua portuguesa no mundo, cabendo ao Camões “concretizar os objetivos do Governo neste domínio” (Decreto-Lei n.º 65-A/2016). No ordenamento institucional vigente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a ação cultural externa é, portanto, assumida diretamente pelo Instituto Camões (Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016).

O Camões é um instituto público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio. A sua fundação remonta a 2012, após fusão com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (*Camões, I.P.*, 2016b). São três as grandes áreas da sua atuação: Cooperação, Língua e Cultura. A cooperação tem em vista a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural dos países parceiros, nomeadamente PALOP e Timor-Leste. Em termos de língua e cultura, o Instituto assegura a divulgação, promoção e ensino da língua e da cultura portuguesas em vários países, quer através da rede de leitorados e protocolos de docência, quer através da rede de Centros Culturais Portugueses, quer ainda através das missões diplomáticas que desenvolvem programas de ação cultural externa (*Camões, I.P.*, 2016c).

No âmbito do MNE a ação cultural representa uma das atribuições fundamentais do Instituto Camões, que reforça o conceito segundo o qual a rede de embaixadas e consulados constitui uma importante estrutura para a efetivação de iniciativas culturais (Moita et al., 2019, p. 63). A cooperação com as missões diplomáticas ficou desde logo determinada no Decreto-Lei da sua fundação, podendo ler-se no Artigo 2.º (Decreto-Lei n.º 21/2012) que o Camões “desenvolve ainda a sua ação no exterior, integrado nas missões diplomáticas e postos consulares” e sob “dependência funcional do chefe de missão diplomática, ou a ele equiparado”. É referido também, em outros documentos de caráter oficial, que o Instituto Camões tem por missão propor e executar a política de divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro “em articulação com a rede externa MNE”, leia-se, missões diplomáticas e postos consulares (República Portuguesa, 2019).

No domínio da promoção externa da língua e cultura portuguesa, o Camões dispõe fundamentalmente de três instrumentos prioritários: a rede de ensino de português no estrangeiro, os centros culturais portugueses e as Embaixadas. Os dois primeiros são unidades dotadas de autonomia administrativa, e trabalham em grande proximidade com as embaixadas e consulados locais, atuando igualmente sob dependência funcional

do chefe de missão diplomática daquela zona geográfica (Decreto-Lei n.º 21/2012, art. 9.º e 10.º).

O ensino de português no estrangeiro destina-se a afirmar e a difundir a língua portuguesa no mundo como grande língua de comunicação internacional e a divulgar a cultura portuguesa (Decreto-Lei n.º 165/2006, art. 2.º). Em 2019, a rede de ensino abrangeu um universo total de 40 mil alunos nos níveis de ensino pré-escolar, básico e secundário. Ao nível do ensino superior, a rede de ensino é apoiada por 63 leitorados e 299 protocolos de apoio à docência e investigação, o que significa o ensino da língua portuguesa a mais de 100 mil estudantes espalhados por todos os continentes do mundo (*Portal Diplomático*, 2020). Está previsto no regulamento jurídico que o ensino se possa desenvolver também junto das embaixadas e dos consulados portugueses (Decreto-Lei n.º 165/2006, art. 6.º).

Os Centros Culturais Portugueses são unidades criadas para a difusão da cultura e da língua portuguesa, no âmbito da correspondente área de influência das missões diplomáticas portuguesas ou postos consulares. A estas unidades compete o desenvolvimento e realização de uma programação cultural regular que tenha como objetivo primário a divulgação da língua e cultura portuguesas, contribuindo assim para o reconhecimento da imagem de Portugal em diversas vertentes e setores. Estes centros podem ser localizados junto das missões diplomáticas ou postos consulares (*Camões, I.P.*, 2016a; Portaria n.º 194/2012, 2012).

A diplomacia portuguesa é um elemento essencial para a estratégia de internacionalização de Portugal, sobretudo através da valorização de três eixos essenciais: a língua e a cultura portuguesas; a diáspora e os imigrantes e a definição e a consolidação de políticas e estratégias de imagem e de marca nacionais (Governo de Portugal, 2013). A rede de embaixadas e consulados forma uma estrutura de acolhimento e circulação de iniciativas culturais, desde conferências, encontros, concertos, festivais, exposições ou exposições, em colaboração com entidades públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras (Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016). Mas a grande referência institucional direta das embaixadas na organização de atividades culturais é o Camões (Moita et al., 2019, p. 63). Na organização interna do Instituto, a Direção de Serviços de Cultura é a “ponte” entre a rede externa do MNE e o Camões. Em 2018 foi publicada uma Portaria onde se enumerava uma série de competências desta Direção, entre elas, a promoção externa da cultura portuguesa e a promoção e apoio das ações culturais da rede externa. É da responsabilidade da rede

diplomática remeter anualmente ao Camões um plano de atividades culturais para aprovação e posterior orçamentação de fundos (*Camões, I.P., 2016d*).

Como demonstrámos anteriormente, a internacionalização da cultura portuguesa constitui uma das finalidades prosseguidas pelas políticas públicas. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016 é muito importante para a temática em abordagem, pois é dos poucos documentos oficiais que clarifica diretamente o papel das missões diplomáticas no âmbito cultural. O intercâmbio cultural constitui um dos instrumentos ao dispor da diplomacia, sendo evidente a sua utilidade para o desenvolvimento de boas relações entre os diferentes povos e países, promovendo e reforçando a diversidade cultural e o diálogo intercultural. Nesta Resolução, que serviu para definir orientações de ação para os diferentes organismos e serviços da administração pública, foi reconhecida a “ação cultural” como uma das dimensões da missão das embaixadas, consulados e representações permanentes de Portugal, no quadro da representação nacional, da promoção dos interesses do país e da comunicação e cooperação com as autoridades e as sociedades civis dos Estados junto dos quais se encontram acreditados. Devem também integrar nos seus planos de ação “um conjunto estruturado de iniciativas de promoção da língua e da cultura portuguesa”. Estas iniciativas de ação cultural externa são propostas pelas missões diplomáticas ao Instituto Camões, que tem obrigação de reservar pelo menos 10% do seu orçamento anual para as ações de promoção cultural externa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016). Em 2019, o Instituto Camões anunciou que, através das redes externas – Embaixadas, centros culturais, centros de língua portuguesa, leitorados, coordenações de ensino – foram realizadas cerca de 1200 atividades em 86 países no âmbito da internacionalização da cultura portuguesa (*Camões, I.P., 2020*). Para 2022, estavam previstas 1334 iniciativas a serem desenvolvidas pelas redes externas do MNE/Camões (*República Portuguesa, 2022a*), sendo notória a diferença quantitativa do peso da tutela dos Negócios Estrangeiros em relação a outras tutelas relevantes.

Tutela	Proponente	Iniciativas Planeadas (Nº)
Negócios Estrangeiros	AICEP	16
	Camões, IP	1334
	DGACCP	1
Cultura	BNP	12
	Cinemateca Portuguesa	11
	CNB	4
	DGArtes	8
	DGLAB	23
	DGPC	65
	DR Cultura do Alentejo	1
	DR Cultural do Algarve	5
	DR Cultura do Centro	1
	DR Cultura do Norte	10
	Fundação Casa Música	1
	Fundação Côa Parque	4
	Fundação Museu Douro	6
	Fundação Serralves	12
	GEPAC	10
	ICA*	34
	Museu Coleção Berardo	13
	TNDM II	35
	TNSJ	12
Economia	Turismo de Portugal	8
	Total	1626

Figura 2 – Atividades culturais planeadas por tutela para o ano de 2022.²

A representação diplomática portuguesa consubstancia-se prioritariamente na embaixada, mas as exigências das atividades no campo da diplomacia cultural obrigam o envolvimento da rede consular (Moita et al., 2019, p. 63). Uma embaixada pode dispor de uma seção consular, onde se trata assuntos desta natureza, como por exemplo a emissão de passaportes ou a renovação do cartão de cidadão. No entanto, está legislado que estes postos consulares devem também ser um elemento ativo na “promoção e divulgação da língua e da cultura portuguesas”, nomeadamente através da criação e desenvolvimento de cursos de português no sistema educativo dos países de acolhimento e a ação neles desenvolvida por professores que contribuam para o alargamento da lusofonia (Decreto-Lei n.º 51/2021, art. 6.º e 61.º). Sendo que, por norma, a ação cultural externa está estritamente dependente da orientação do

² Figura retirada do Plano Indicativo Anual para a Ação Cultural Externa 2021/2022. O documento pode ser descarregado através do link <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=acao-cultural-externa-plano-indicativo-anual>

Embaixador, esta legislação é relevante nos países onde existe apenas representação consular ou esta não se encontra junto da área geográfica da Embaixada, garantindo assim que a promoção da língua portuguesa é sempre uma prioridade onde quer que se encontre um serviço externo do Estado Português.

Portugal dispõe de instrumentos que contribuem ativamente para a promoção e difusão da língua portuguesa no estrangeiro, estando os mais relevantes subordinados diretamente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Um dos grandes trunfos nesta política de internacionalização da língua portuguesa são as missões diplomáticas espalhadas pelo mundo. Estando previsto na legislação a sua participação ativa na promoção da língua portuguesa, é necessário compreender que muitas iniciativas culturais que se desenrolam no estrangeiro partem da iniciativa e dependem do esforço e organização do corpo diplomático, estando o apoio do Instituto Camões restringido, na maioria das vezes, ao aspeto financeiro. A afirmação da língua portuguesa enquanto fator de identidade e mais-valia cultural, científica, política e económica tem sido um dos desígnios dos sucessivos governos, e as missões diplomáticas representam, definitivamente, um instrumento valioso para o sucesso desta prática.

Concluimos, assim, o enquadramento da importância da língua portuguesa em contexto institucional. Desde a Constituição até ao Presidente da República, Governo e MNE, analisámos uma panóplia de documentação relevante que nos permitiu avaliar e compreender como esta questão é tratada pelos mais altos órgãos de soberania e como está identificada na lei. Vimos que a queda do Estado Novo e conseguinte implantação da democracia resultou numa reconfiguração identitária da política externa portuguesa que impactou a forma como a temática da língua portuguesa no estrangeiro era abordada. A importância da promoção da língua portuguesa no estrangeiro pode passar despercebida, mas está assente na Constituição Portuguesa, onde é incumbido ao Estado obrigações expressas sobre a sua preservação e difusão. Na esfera da Assembleia da República foi aprovado ao longo dos anos uma série de decretos de lei, resoluções e outros documentos de carácter oficial e legislativo que suportam a preocupação de promover e estimular a língua portuguesa no estrangeiro, sendo também uma temática que aparece, esporadicamente, para debate neste órgão. A força do Presidente da República, sendo notória maioritariamente através de intervenções, pode desempenhar um papel fundamental. Exemplo disso é as declarações acerca da necessidade de implementar o português como língua oficial de trabalho na ONU ou sobre o Dia Mundial da Língua Portuguesa, que veio a ser declarado pela UNESCO em 2019.

No panorama governativo, desenvolvemos a ideia da importância da CPLP como garante da unidade e coesão nas políticas de promoção da língua portuguesa a nível global. O elevado número de Estados Observadores desta Comunidade, que ultrapassa largamente o número de Estados Membros, é um indicador do potencial da CPLP nos anos vindouros. Apesar da necessidade de trabalhar em conjunto com todos os países lusófonos, cada país pode desenvolver uma estratégia mais ou menos independente na promoção da língua no estrangeiro, regra da qual Portugal não é exceção. Este tema é recorrente nos planos do Governo, como demonstrámos sobretudo na análise aos Programas de Governo e Orçamentos de Estado. Existe também alguma documentação relevante sobre este tema de carácter oficial, focado especialmente na ação do Instituto Camões e na manutenção / extensão da rede de ensino de português no estrangeiro. Por fim, vimos que o Ministério dos Negócios Estrangeiros é a tutela com um peso maior na questão da promoção da língua portuguesa no estrangeiro, sobretudo através das políticas desenvolvidas e executadas pelo Instituto Camões. A grande conclusão que podemos retirar é a efetiva articulação que existe entre o Instituto Camões e a rede externa do MNE, que permite levar a cultura portuguesa aos “quatro cantos do mundo”. Isto faz com que as missões diplomáticas sejam um instrumento valioso na promoção e difusão da língua portuguesa no estrangeiro, pois, como vimos, estas estão dotadas de autonomia para apresentarem ao Instituto um plano anual de ação cultural a realizar.

4. Apresentação de Resultados

4.1 A Embaixada de Portugal em Atenas

Para melhor descrever o papel de uma missão diplomática na promoção da língua, analisámos cinco planos de atividades culturais da Embaixada de Portugal em Atenas – 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Analisámos, também, o website oficial desta missão diplomática, por forma a complementar e verificar os nossos dados. A partir da informação contida nos planos de atividades culturais, inserimos as atividades culturais realizadas em cinco categorias: Língua Portuguesa, Música, Cinema, Literatura e Outros. Na categoria “Outros”, estão abrangidas as atividades de áreas temáticas cuja realização esporádica ou sem repetição não justifica a criação de uma própria categoria, como por exemplo nas áreas da fotografia ou teatro.

As atividades culturais inseridas na categoria “Língua Portuguesa” são aquelas que promovem diretamente a língua portuguesa. Por “diretamente” entendemos as atividades cujo propósito explícito e principal é a promoção da língua portuguesa. No entanto, ao longo do texto, iremos assinalar as atividades que promovem de forma indireta a língua portuguesa. Estas atividades inserem-se em outras categorias, como “Música” ou “Cinema”, e apesar de não terem como objetivo principal a promoção da língua portuguesa, também o fazem indiretamente. Por exemplo, um filme em língua portuguesa que seja exibido para o público helénico com legendas em grego promove, mesmo de forma subjetiva, a língua portuguesa, pois o espetador tem oportunidade de entrar em contacto com os sons do português.

Iremos analisar cada ano de forma individual, fazendo nota dos dados e atividades mais relevantes. O capítulo para a discussão de resultados será aquele em que, após finalmente demonstrado o caminho percorrido por esta investigação, iremos apresentar as conclusões com base nos objetivos pretendidos.

4.2 Atividades Culturais em 2018

No ano de 2018 verificou-se a realização de oito iniciativas culturais com o apoio / organização da Embaixada de Portugal em Atenas – duas na categoria de Língua Portuguesa, duas de Música, duas de Outros, uma de Cinema e uma de Literatura. As atividades na categoria “Outros” inserem-se no campo “Artes Plásticas” e “Teatro”.

Tabela 1 – Número de atividades culturais, por categorias, promovidas pela Embaixada de Portugal em Atenas em 2018.

Categoria	Quantidade
Língua Portuguesa	2
Música	2
Outros	2
Cinema	1
Literatura	1

A primeira iniciativa de promoção da Língua Portuguesa ocorreu em maio, por ocasião do Dia Internacional da Língua Portuguesa. Para celebrar esta data, a escritora portuguesa Ana Margarida Carvalho foi convidada a participar num debate, realizado no anfiteatro de Technopolis, em Atenas, com um colega de profissão brasileiro. Foi assegurada a tradução para grego.

A segunda iniciativa de promoção da língua portuguesa irá ser uma constante ao longo dos anos aqui analisados. O Clube de Conversação em Português surgiu em 2018, sendo a língua portuguesa o instrumento de trabalho, através do convívio entre os participantes. Sendo que o público-alvo são gregos com algum nível prévio de português, os encontros do clube são também um espaço para divulgação de informações úteis e locais de aprendizagem da língua portuguesa. O primeiro encontro aconteceu no Museu Benaki, em outubro de 2018, com moderação da professora Ana Maria Soares.

Verificou-se, portanto, duas iniciativas de promoção da língua portuguesa, as mesmas na categoria “Música” e “Outros”. No entanto, a língua portuguesa foi também promovida, de forma indireta, através de outras duas atividades: uma inserida na categoria de Música e outra na categoria de Cinema.

A primeira foi relativa à participação do Orfeão Universitário do Porto no Festival de Lefkada, que através de canções tradicionais em português levaram ao público helénico traços da cultura portuguesa.

A segunda promoveu a cinematografia portuguesa no Festival de Cinema Avant-Garde de Atenas. Ao longo de 12 dias em outubro foram exibidos filmes de realizadores portugueses e em língua portuguesa, legendados em grego.

Em 2018, num total de oito iniciativas, duas tiveram o objetivo concreto de promover a língua portuguesa, sendo que outras duas, não tendo como objetivo principal essa promoção, deram relevo à língua – no primeiro caso através da entoação de música em língua portuguesa, e, no segundo caso, através da exposição de filmes em português. Em suma, metade das atividades apoiadas / organizadas pela Embaixada de Portugal em Atenas naquele ano promoveram, direta ou indiretamente, a língua portuguesa.

4.3 Atividades Culturais em 2019

No ano de 2019, a Embaixada de Portugal em Atenas apoiou / organizou 10 atividades culturais – quatro na categoria de Outros, três de Cinema, duas de Língua Portuguesa e uma na categoria de Literatura. Na categoria de Outros, destacam-se atividades no campo das Artes Plásticas, Dança, Gastronomia e Promoção do País.

Tabela 2 – Número de atividades culturais, por categorias, promovidas pela Embaixada de Portugal em Atenas em 2019.

Categoria	Quantidade
Outros	4
Cinema	3
Língua Portuguesa	2
Literatura	1

À semelhança de 2018, a primeira atividade organizada com vista à promoção da língua portuguesa aconteceu por ocasião do Dia Internacional da Língua Portuguesa. Juntamente com a Embaixada do Brasil em Atenas, foi organizado um evento no

auditório do museu da acrópole, em Atenas, que contou com intervenções dos Embaixadores de Portugal e Brasil e ainda duas palestras, uma delas liderada pelo professor português João Luís Lisboa. A interpretação dos discursos e palestras foi assegurada, de forma simultânea, para o grego.

A segunda atividade prende-se com a continuação e desenvolvimento do Clube de Conversação em Português, orientado pela professora Ana Maria Soares. De forma esporádica em 2018, este Clube veio a organizar sessões de forma mais recorrente, normalmente ao fim de semana, onde um convidado da professora Ana Maria Soares levava à discussão um assunto relevante da atualidade portuguesa. O objetivo proposto para o ano de 2019 foi o de alertar alunos universitários daquele país para a importância e relevância da língua portuguesa.

Foram duas as atividades de promoção direta da língua portuguesa Embora o maior número de atividades apoiadas / organizadas em 2019 pertençam à categoria “Outros” (neste caso com atividades no campo das “Artes Plásticas”, “Dança”, “Gastronomia” e “Promoção do País”) e “Cinema”, é necessário realçar que, nesta última, duas das três atividades realizadas nesta categoria colocaram a língua portuguesa em plano de destaque, mas de forma indireta.

Na categoria de “Cinema”, a projeção de uma panóplia de filmes portugueses no Festival de Cinema Avant-Garde de Atenas, como “A Caça” (1963), “Amor de Perdição” (1979) ou “Vale Abraão” (1993), deram destaque não só à cinematografia portuguesa, mas também à língua, com o áudio a ser transmitido em português, e as legendas em grego. A mesma atividade viria a repetir-se em Salónica, um mês depois, mas desta vez em colaboração com a Cinemateca local. Alguns dos filmes exibidos em Atenas no Festival de Cinema Avant-Garde foram repetidos, mas desta vez em Salónica, com o intuito de expandir e descentralizar a área de influência e ação da Embaixada.

Posto isto, em 2019 realizaram-se 10 iniciativas de carácter cultural, das quais apenas duas tiveram como objetivo concreto a promoção da língua portuguesa. Outras duas, enquadradas na categoria “Cinema”, promoveram indiretamente a língua portuguesa através da exposição de filmes em português. Em suma, das 10 iniciativas realizadas, quatro promoveram, direta ou indiretamente, a língua portuguesa.

4.4 Atividades Culturais em 2020

O ano de 2020 foi extremamente atípico devido à pandemia de COVID-19, e isso também se fez notar no planeamento de atividades da Embaixada de Portugal em Atenas, com a realização de apenas seis iniciativas culturais ao longo do ano. Das seis iniciativas, três inserem-se na categoria “Cinema”, duas na categoria “Língua Portuguesa” e uma em “Outros”.

Tabela 3 - Número de atividades culturais, por categorias, promovidas pela Embaixada de Portugal em Atenas em 2020.

Categoria	Quantidade
Cinema	3
Língua Portuguesa	2
Outros	1

Na análise de 2018 referimos que uma das atividades de promoção da língua portuguesa iria ser uma constante ao longo deste trabalho. Apesar das condicionantes impostas devido à pandemia, o Clube de Conversação em Português continuou a acontecer em 2020, e, portanto, figura como atividade de promoção direta da língua portuguesa. O “*modus operandi*” não se alterou, bem como o objetivo central do projeto - através do uso do português, criar um espaço de intercâmbio de ideias e partilha de cultura. Os encontros dão-se em locais emblemáticos da cidade de Atenas, cafés, museus ou até mesmo nas instalações da Embaixada de Portugal. A professora Ana Maria Soares continuou a ser a responsável pela mediação desta iniciativa.

A segunda iniciativa de promoção direta da língua portuguesa acontece por ocasião do Dia Mundial da Língua Portuguesa. A celebração desta data não é uma novidade nesta Embaixada – aconteceu também em 2018 e 2019 – mas sob o nome de “Dia Internacional da Língua Portuguesa”. Esta pequena distinção não é ao acaso – é que, em 2019, a 40^o sessão da Conferência Geral da UNESCO proclamou o dia cinco de maio como Dia Mundial da Língua Portuguesa e, portanto, as comemorações passaram a adotar este nome (UNESCO, 2019). A forma como esta iniciativa foi desenvolvida sugere que, apesar das condicionantes da pandemia, este é um dia que não deve ser esquecido por esta missão diplomática. Devido à impossibilidade de realizar um evento presencial, a ocasião foi celebrada com a organização de uma campanha digital, centrada sobretudo na recolha de testemunhos sobre a importância da língua

portuguesa na atualidade. Entre cinco a oito de maio, foi publicado nas redes sociais da Embaixada de Portugal em Atenas vídeos, imagens e textos com contributos de estudantes, professores, tradutores, intérpretes e artistas, de diversas nacionalidades, sobre a temática em questão.

A promoção da língua portuguesa foi também evidenciada em outras duas atividades, apesar de não ser o propósito central. A Embaixada de Portugal em Atenas realizou uma campanha digital por ocasião do dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, celebrado a 10 de junho. Nesta campanha, que decorreu entre oito e 12 de junho daquele ano, pretendeu-se destacar Portugal, a sua cultura e as suas comunidades, sendo que a importância da língua portuguesa foi tema abordado por inerência à celebração da cultura portuguesa. Esta atividade insere-se na categoria “Outros”, no campo “Promoção do País”.

A segunda atividade que promoveu de forma indireta a língua portuguesa está associada ao Festival de Filmes Avant-Garde de Atenas, que em 2020 decorreu em formato online. A Embaixada apoiou o tributo deste festival ao “novo cinema português”, com a exibição de uma série de filmes e curtas-metragens portuguesas como: “A metamorfose dos pássaros” (2020) de Catarina Vasconcelos; “Sacavém” (2019) de Júlio Alves; “A Dança do Cipreste” (2020) de Mariana Caló e Francisco Queimadela, entre outros. Esta atividade ficou categorizada em “Cinema”.

As atividades relacionadas com “Cinema” evidenciaram-se num ano claramente condicionado pela pandemia COVID-19. Estas representaram metade do total de iniciativas promovidas pela Embaixada. Apesar da promoção da língua portuguesa apenas ter representado um terço do total de iniciativas promovidas pela Embaixada em 2020, o número de atividades que, de forma direta ou indireta, promoveram a língua portuguesa equivale a quatro.

4.5 Atividades Culturais em 2021

No ano de 2021, e apesar da pandemia COVID-19 ainda ser uma realidade bem presente àquela altura na Grécia e no mundo, o gradual alívio de restrições permitiu a realização de mais atividades. Posto isto, registaram-se, neste ano, 10 atividades culturais – quatro na categoria de “Cinema”, três na categoria de “Literatura”, duas em “Língua Portuguesa” e uma em “Música”. Na categoria “Outros” não se inseriu qualquer atividade cultural.

Tabela 4 - Número de atividades culturais, por categorias, promovidas pela Embaixada de Portugal em Atenas em 2021.

Categoria	Quantidade
Cinema	4
Literatura	3
Língua Portuguesa	2
Música	1

O Clube de Conversação em Português registou em 2021 o quarto ano em funcionamento, continuando a professora Ana Maria Soares a ser a grande dinamizadora desta atividade. Os moldes de funcionamento e as finalidades continuaram a ser as mesmas descritas nos anos anteriores ao longo desta investigação – a promoção e incentivo do uso da língua portuguesa e divulgação de tudo o que possa ser relevante para esta temática junto dos participantes.

A celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa também continuou a figurar no planeamento de atividades culturais desta Embaixada ligadas à promoção da língua. À semelhança do que ocorreu em 2020, ainda com as limitações da pandemia COVID-19 presentes, a iniciativa desenvolvida para celebrar esta ocasião foi uma campanha digital através das redes sociais da missão diplomática, com a publicação de textos, imagens e vídeos relativos à temática. A campanha decorreu entre os dias quatro e sete de maio. Para além disso, foi garantindo um spot divulgativo nas principais rádios helénicas, nomeadamente na *KosmosFM*, *MelodiaFM*, *PepperFM*, *RealFM* e *SkaiFM*. Ao longo do dia cinco de maio, os ouvintes destas estações de rádio tiveram a possibilidade de saber mais sobre a língua portuguesa, formas de aprendizagem disponíveis na Grécia e outra informação relevante.

Registaram-se duas atividades culturais inseridas na categoria “Língua Portuguesa” no ano de 2020. “Cinema” e “Literatura” foram as categorias que registaram um maior peso, embora sem uma diferença considerável para “Língua Portuguesa”. Essa diferença é notável apenas em comparação com a categoria “Música”, onde apenas foi categorizada uma atividade. Não houve qualquer atividade relativa aos campos que perfazem a categoria “Outros”. No entanto, é importante destacar que das quatro iniciativas em “Cinema”, duas também promoveram a língua portuguesa, bem como a atividade que se realizou em “Música” – sempre de forma indireta.

Em novembro de 2021, a Embaixada promoveu um evento de homenagem a Amália Rodrigues, que se realizou no edifício da Cinemateca Grega. Os artistas gregos Eva Thomopoulou e Pavlos Grapsas cantaram, em português, várias músicas de Amália. Este pequeno concerto permitiu aos participantes não só descobrir a música de Amália, mas também escutarem a língua portuguesa.

A Embaixada de Portugal, em colaboração com o centro cultural Bios, em Atenas, organizou todas as quintas-feiras de novembro, no edifício do Bios, uma homenagem ao cinema português contemporâneo. Quatro longas-metragens foram exibidas no decorrer do mês, com o objetivo de, não só retratar a realidade social e cultural de Portugal, mas também promover uma nova corrente artística do cinema português. Assim, nos quatro dias selecionados, o público teve oportunidade de assistir a “Rock Bottom Riser” (2020) de Fern Silva; “Já Estou Farto!” (2021) de Paulo Antunes; “Amor Fati” (2020) de Cláudia Varejão; e “Batida de Lisboa” (2019) de Rita Maia e Vasco Viana. Ainda no mesmo mês, a missão diplomática promoveu a representação de Portugal na 62ª edição do Festival Internacional de Cinema de Salónica, com o apoio à exibição de duas produções cinematográficas em português – “Deserto Particular” (2021) de Aly Muritiba e “The Tsugua Diaries” (2021) de Miguel Gomes e Maureen Fazendeiro.

Globalmente, em 2021, realizaram-se 10 atividades culturais, das quais duas tiveram como objetivo central a promoção da língua portuguesa. Duas atividades, inseridas na categoria “Cinema”, e a atividade em “Música”, promoveram a língua portuguesa de forma indireta. Ou seja, das 10 atividades realizadas, cinco promoveram a língua, direta ou indiretamente.

4.6 Atividades Culturais em 2022

O último ano de análise desta investigação, 2022, é também aquele que regista um maior número de atividades culturais apoiadas / organizadas pela Embaixada de Portugal em Atenas – 11. Quatro inserem-se na categoria “Literatura”, três na categoria “Cinema”, duas em “Língua Portuguesa”, uma em “Música” e também uma em “Outros”. A iniciativa referente à categoria “Outros” insere-se no campo “Fotografia”.

Tabela 5 - Número de atividades culturais, por categorias, promovidas pela Embaixada de Portugal em Atenas em 2022.

Categoria	Quantidade
Literatura	4
Cinema	3
Língua Portuguesa	2
Música	1
Outros	1

O Clube de Conversação em Português continua a ser uma das atividades ligadas à promoção direta da língua portuguesa, celebrando em 2022 o quinto ano em funcionamento. Mais uma vez, o modo de funcionamento e os objetivos centrais deste projeto não se alteram, continuando também a professora Ana Maria Soares como dinamizadora das conversas.

O cinco de maio, Dia Mundial da Língua Portuguesa, teve em 2022 uma relevância acrescida, com a organização de uma série de iniciativas para promover a língua portuguesa em terras helénicas. Entre dois e seis de maio foram lançadas várias iniciativas digitais, como publicações promocionais e uma mensagem da Embaixadora nas redes sociais da missão diplomática, a respeito da importância da língua portuguesa. Christos Kotsakopoulos, técnico do setor cultural da Embaixada de Portugal em Atenas, foi convidado a participar num programa da Rádio Nacional da Grécia, sobre o Dia Mundial da Língua Portuguesa. Na linha de utilização dos meios de comunicação social, este dia teve também repercussão em jornais gregos, como por exemplo no *To Manifesto*. Ainda a propósito da celebração desta data realizaram-se outras iniciativas que poderiam figurar em categorias como “Música” ou “Literatura”, mas que decidimos incluir em “Língua Portuguesa” devido ao facto de que estas

aconteceram com a finalidade de celebrar o Dia Mundial da Língua Portuguesa. Temos o exemplo de um evento dedicado à literatura lusófona traduzida para grego, que se realizou no dia seis de maio. O evento contou com a participação de três tradutores gregos, e foi seguido de um pequeno concerto de Miranda Veroulis, que entoou canções em português para os espectadores. Houve ainda espaço para a inauguração de uma exposição de arte na Casa do Brasil intitulada “Oceano, Oceanos”, da autoria da artista portuguesa Patrícia de Herédia e do artista brasileiro Rodrigo de Castro. Todas estas iniciativas culturais surgiram enquadradas nas comemorações do Dia Mundial da Língua Portuguesa, com o objetivo de, não só promover o português, mas também alertar para a importância deste idioma.

Verificaram-se duas atividades culturais relacionadas com a promoção direta da língua portuguesa. Destaca-se a primazia de atividades relacionadas com “Literatura” e “Cinema”. A categoria “Música” e “Outros” registaram apenas uma atividade. Relativamente às iniciativas que, de forma indireta, promoveram a língua portuguesa, contabilizamos três – duas em “Cinema” e uma em “Literatura”.

A Embaixada assegurou a representação de Portugal no Festival de Literatura Iberoamericana LEA (Literatura em Atenas), que decorreu entre 14 e 24 de junho daquele ano. A participação portuguesa foi assegurada pela poetisa, jornalista e argumentista Filipa Leal e pela autora musical Mafalda Veiga. As duas artistas participaram em diversas atividades no âmbito do festival que deram também destaque à nossa língua, através de noites de poesia em português e participação em conferências, quer no centro de recursos da Embaixada, quer no Instituto Cervantes de Atenas, a convite daquela instituição.

Na categoria “Cinema”, a promoção da língua portuguesa fez-se em dois festivais. O primeiro não é novidade nesta investigação, tendo também acontecido em 2021 – “Portugal Now!”. Novamente no espaço do Centro Cultural Bios, a Embaixada apoiou esta homenagem ao cinema português contemporâneo. Durante o mês de junho foram exibidas cinco longas-metragens em português e legendadas em grego. O público teve oportunidade de contactar com a língua e cinema português através dos filmes “A Metamorfose dos Pássaros” (2020) de Catarina Vasconcelos; “Ama-San” (2016) de Cláudia Varejão; “Djon Africa” (2018) de Filipa Reis e João Miller Guerra; “Desterro” (2020) de Maria Clara Escobar; e “Jack’s Ride” (2021) de Susana Nobre. Na mesma área cultural, a 12^o edição do Festival de Cinema Avant-Garde de Atenas contou com um tributo ao cinema etnográfico de António Reis e Margarida Cordeiro, onde foram exibidos os seguintes filmes e documentários: “Jaime” (1974); “Rosa de Areia” (1989);

“Trás-os-Montes (1976); e “Ana” (1982). Foi também exibida uma produção luso-brasileira intitulada “Mato Seco em Chamas” (2022) de Joana Pimenta e Adirley Queirós. A promoção do cinema português e, por consequência, da língua portuguesa neste tipo de festivais é incentivada por esta Embaixada através do apoio logístico e na legendagem dos filmes, que permite ao público, sobretudo grego, compreender os filmes sem se abdicar do som em português.

Em suma, realizaram-se em 2022 11 atividades culturais – duas de promoção direta da língua portuguesa, e três de promoção indireta da língua portuguesa, estas últimas inseridas nas categorias “Cinema” e “Literatura”. Verificamos, portanto, que das 11 atividades culturais promovidas por esta missão diplomática em 2022, cinco promoveram, direta ou indiretamente, a língua portuguesa.

5. Discussão de Resultados

No capítulo anterior procedemos à descrição dos dados de todos os anos em análise, ou seja, de 2018 a 2022. Primeiramente, neste capítulo, realizamos uma análise geral agregada dos resultados, com foco em todas as categorias. Posteriormente, a nossa atenção recai apenas nos dados obtidos em relação às atividades de promoção da língua portuguesa. A descrição das atividades culturais de forma geral permite compreender o papel de uma missão diplomática, não só na promoção da língua, mas também na promoção da cultura no estrangeiro.

Tabela 6 – Número de atividades total e médias por ano.

Categoria	Número de Atividades Total	Média por ano
Língua Portuguesa	10	2
Cinema	14	3
Música	4	1
Literatura	9	2
Outros	8	2

Os dados demonstram que, nos cinco anos em análise, a categoria “Cinema” foi aquela que registou mais atividades realizadas – 14. Também as categorias “Língua Portuguesa” (10), “Literatura” (nove) e “Outros” (oito) registaram um número considerável de atividades realizadas. Na categoria “Outros”, as atividades registadas inserem-se no campo das “Artes Plásticas”, “Dança”, “Gastronomia”, “Teatro”, “Promoção do País” e “Fotografia”.

As atividades referentes ao Dia Mundial da Língua Portuguesa e ao Clube de Conversação em Português realizaram-se nos cinco anos de análise desta dissertação. O Festival de Literatura Iberoamericana LEA e o Festival de Cinema Avant-Garde de Atenas também foram presença assídua em todos os planos culturais analisados,

excetuando 2020 – ano em que estes dois eventos não se realizaram devido às restrições da pandemia COVID-19. Por fim, o Animasyros – Festival Internacional de Animação também se revelou uma constante no programa de atividades da Embaixada. Ou seja, das 45 iniciativas culturais que analisámos entre 2018 e 2022, 21 repetem-se em três ou mais anos - quase metade das iniciativas culturais são resultado de parcerias sucessivas (por exemplo a participação no Festival de Filmes Avant-Garde de Atenas) ou comemorações recorrentes (por exemplo o Dia Mundial da Língua Portuguesa).

Tabela 7 – Atividades recorrentes

Atividade	Quantidade
Dia Mundial da Língua Portuguesa	5
Clube de Conversação em Português	5
Festival de Literatura Iberoamericana LEA	4
Festival de Cinema Avant-Garde de Atenas	4
Animasyros – Festival Internacional de Animação	3
Total	21

Os resultados mostram que quase metade das atividades realizadas pela Embaixada entre 2018 e 2022 são recorrentes, ou seja, realizaram-se em pelo menos três dos cinco anos em análise. Adicionalmente, verificámos que das 45 atividades culturais analisadas, 25 foram repetidas, ou seja, realizaram-se pelo menos duas vezes.

Entre atividades recorrentes e repetidas, os valores indicam-nos a existência de uma opção clara desta missão diplomática por priorizar a manutenção de parcerias em detrimento de uma maior inovação na agenda cultural. Não podemos argumentar que se verifica uma clara preferência por categorias específicas, pois apesar do baixo número de atividades registadas na categoria “Música”, os valores associados às restantes categorias não apresentam uma diferença suficiente para justificar essa conclusão. Posto isto, podemos já concluir que existe uma distribuição equitativa no número de atividades organizadas entre as categorias. Concluimos ainda que se verifica a existência de uma preferência pelo desenvolvimento de atividades recorrentes ao invés de atividades esporádicas.

Tabela 8 – Comparação entre atividades repetidas e esporádicas.

Atividades repetidas	56%
Atividades esporádicas	44%

A figura 3 representa o número de atividades por categoria em todos os anos analisados nesta dissertação. A leitura do gráfico permite-nos compreender como é que a distribuição do número de atividades por categoria, ao longo dos anos, está efetuada.

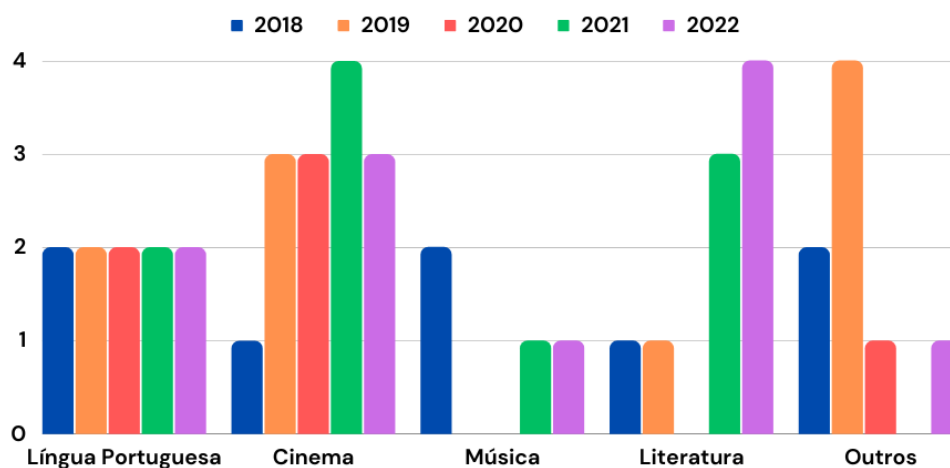


Figura 3 – Número de atividades por categoria nos anos de 2018 a 2022.

Existem duas categorias que estão representadas em todos os anos: “Língua Portuguesa” e “Cinema”. Outras duas, “Literatura” e “Outros” registaram atividades em quatro dos cinco anos em análise, falhando, respetivamente, em 2020 e 2021. A categoria “Música”, para além de ter sido aquela que registou um menor número de atividades³, não teve qualquer tipo de atividade no ano de 2019 e 2020.

A interpretação dos dados leva-nos às seguintes conclusões: Os anos de 2018 e 2022 foram os mais diversificados em termos de atividades culturais, registando atividades das cinco categorias aqui em análise. Inclusivamente, em 2018, registaram-se duas atividades na categoria “Outros”, que é sem dúvida a mais diversificada por englobar vários campos culturais. O ano de 2020 foi aquele onde se verificou uma menor diversidade cultural, registando atividades em apenas três categorias culturais. Como mencionámos na análise individual a este período específico⁴, as restrições impostas pela pandemia COVID-19 podem ter contribuído para este resultado. Por fim, mas não menos interessante, argumentamos que, globalmente, verifica-se a existência de uma preocupação em estender o raio de influência da ação cultural da Embaixada de Portugal em Atenas a um leque diversificado de setores culturais. Com a exceção da categoria “Música”, que efetivamente apenas registou atividades culturais em três dos cinco anos em análise, todas as outras categorias tiveram, no mínimo, representação em quatro dos cinco anos analisados. Adicionalmente, acreditamos que o facto da categoria “Outros”, que engloba uma panóplia de atividades em diversos campos culturais, ter registado uma média de duas atividades por ano⁵, a segunda mais alta a par das categorias “Literatura” e “Língua Portuguesa”, fortalece a nossa posição.

Revela-se ainda útil dividir as atividades promocionais de língua portuguesa em diretas, ou seja, aquelas cujo propósito central é a promoção efetiva do português, e indireta – aquelas que, não tendo como objetivo central a promoção da língua portuguesa, também o fazem ao permitir que os beneficiários tenham algum tipo de contacto nesta temática.

³ Ver Tabela 6 (pág. 49).

⁴ Ver página 42.

⁵ Ver Tabela 6 (pág. 49).

Tabela 9 – Peso das atividades de promoção direta e indireta da língua portuguesa (L.P.)

Total de Iniciativas	45
Promoção Direta L.P.	10
Promoção Indireta L.P.	12
Peso sobre Total	22 em 45

As únicas duas atividades de promoção direta da língua portuguesa que referenciámos ao longo desta dissertação repetiram-se desde 2018 até 2022. Independentemente do número de atividades totais realizadas por ano ou das condicionantes impostas devido à pandemia COVID-19, este valor manteve-se inalterado ao longo dos cinco anos.

À primeira vista podemos concluir que existiu, neste domínio, uma clara preferência por seguir o “*modus operandi*” dos anos anteriores. Por exemplo, o Clube de Conversação em Português, uma das atividades de promoção direta da língua, apesar de registar uma contínua longevidade e desenvolvimento, não conheceu qualquer tipo de alteração ao longo dos cinco anos em análise, seja na estrutura, modo de funcionamento ou público-alvo.

Mas um olhar sobre a evolução da comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa, a segunda atividade de promoção direta da língua, traz-nos outros indicadores relevantes à investigação. Em 2018, esta data foi celebrada com um debate entre dois escritores de língua portuguesa, realizado num anfiteatro na cidade de Atenas. No ano seguinte, 2019, foi organizado um evento no auditório do museu da acrópole, também na capital helénica, com discursos dos embaixadores de Portugal e Brasil e duas palestras em língua portuguesa sobre a temática. Ambas as celebrações tiveram tradução simultânea para o grego. Apesar da garantia de tradução, o molde em que ambos os eventos foram organizados atribuem um carácter formal às celebrações com um público-alvo específico, mais concretamente a comunidade portuguesa na Grécia e indivíduos que já possuam algum nível de conhecimento em português.

Em 2020 conhecemos uma abordagem diferente relativamente às celebrações desta data. Neste ano, foi desenhada uma campanha digital a ser publicada nas redes sociais da Embaixada, não apenas no cinco de maio, Dia Mundial da Língua Portuguesa, mas que durou até dia oito. Em 2021, esta celebração aconteceu também durante quatro dias, e para além de uma nova campanha digital publicada nas redes sociais, a promoção da língua portuguesa chegou até a cinco principais rádios helénicas. No

último ano em análise, 2022, a aposta na campanha digital e na parceria com entidades radiofônicas verificaram-se novamente, mas para além de as celebrações durarem mais um dia (cinco, ao invés de quatro), a promoção da língua fez-se também na imprensa grega e com outras iniciativas no setor musical, literário e das artes plásticas e visuais.

Apesar da base da atividade cultural ser semelhante – a celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa – existe uma linha evolutiva notória na forma como a data é celebrada. Inicialmente, esta celebração restringia-se a um evento-tipo mais formal e com um público-alvo mais restrito, que pode não revelar-se tanto eficaz na possível incidência sobre a comunidade local. A evolução acima mencionada traz outro tipo de abordagem às celebrações do Dia Mundial da Língua Portuguesa, que acabam por elevar esta data a um patamar diferente. A promoção da língua portuguesa junto de rádios e da imprensa helénica, para além da campanha digital que incluiu, por exemplo, um vídeo sobre a língua portuguesa em grego, evidencia um esforço para se chegar até outro tipo de público, o grego. Esta data começou também a ser celebrada durante mais dias, o que, direta ou indiretamente, acaba por lhe atribuir uma maior relevância. Posto isto, concluímos que as atividades de promoção direta da língua portuguesa organizadas por esta Embaixada têm uma importância destacada no seu plano de atividades culturais. Isto é verificável não só pela aposta na continuidade das duas atividades de promoção direta da língua portuguesa, que aconteceram todos os anos analisados nesta investigação⁶, mas também pela crescente importância que a celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa tem adquirido.

Na Tabela 9⁷ verificamos que o peso das atividades de promoção direta e indireta sobre o total das atividades culturais analisadas é de 22 em 45. Registaram-se 12 atividades culturais onde a língua portuguesa foi promovida de forma indireta, sendo que oito estão inseridas na categoria “Cinema”, duas na categoria “Música”, uma em “Literatura” e uma em “Outros”. Concluimos, portanto, que a promoção indireta da língua portuguesa é realizada, em larga medida, por atividades culturais relacionadas com a categoria “Cinema”.

A Tabela 9 dá-nos igualmente outro dado bastante interessante. A nossa análise determinou que praticamente metade do total das atividades culturais organizadas pela Embaixada de Portugal em Atenas entre os anos de 2018 e 2022 promoveu, direta ou indiretamente, a língua portuguesa. Isto significa que praticamente metade das atividades organizadas por esta missão diplomática toca na temática da promoção da

⁶ Ver Tabela 7 (pág. 50).

⁷ Ver página 53.

língua portuguesa. Esta evidência, aliada à evolução que a celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa tem conhecido, quer seja no número de dias em que a data se celebra, na abertura a um maior público-alvo (comunidade local grega) e nas subactividades que se desenvolvem a partir desta comemoração, leva-nos a concluir que a promoção da língua portuguesa é um interesse central na planificação cultural da Embaixada de Portugal em Atenas.

Adicionalmente, e referente ao contexto institucional, esta análise comprova, tal como está prevista na legislação, a existência de uma cooperação estreita na temática da promoção da língua portuguesa no estrangeiro entre o Instituto Camões e a rede externa do MNE, leia-se, as Embaixadas (Decreto-Lei n.º 21/2012; Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016). Verifica-se igualmente que, de facto, a rede de embaixadas e consulados de Portugal no estrangeiro constitui uma importante estrutura para a efetivação da promoção da língua portuguesa, como já havia sido defendido no *Estudo da Estrutura Diplomática Portuguesa* (Moita et al., 2019, p. 63).

Conclusão

Iniciámos a elaboração desta dissertação com os principais objetivos de descrever o papel de uma missão diplomática na promoção da língua e identificar e caracterizar a importância da promoção da língua portuguesa nas atividades de uma missão diplomática, tendo como referência a Embaixada de Portugal em Atenas.

A partir da conceptualização de diplomacia identificámos a crescente importância que a promoção da cultura e da imagem tem adquirido na política externa de um Estado, e que já originou um conceito próprio – diplomacia pública. O trabalho de uma Embaixada já não se deve restringir apenas ao contacto político e institucional. A diplomacia pública exige que as missões diplomáticas construam laços com a comunidade local e tenham um papel ativo no setor cultural.

No caso português, a promoção da língua no estrangeiro está prevista na Constituição (C.R.P., art. 9) e a sua importância é, de forma ocasional, referida pela presidência da república e em documentos oficiais do governo ou legislação. O grande trunfo na prossecução deste objetivo são as missões diplomáticas. Num trabalho muito próximo com o Instituto Camões, as Embaixadas têm o dever de desenhar um plano de atividades culturais todos os anos, sendo a partir deste documento que o instituto determina o apoio financeiro / logístico a atribuir às missões diplomáticas para realizarem as iniciativas culturais propostas.

Descrito e identificado o papel de uma missão diplomática na promoção cultural e da língua, analisámos os planos culturais da Embaixada de Portugal em Atenas de 2018 a 2022, bem como o website oficial da missão diplomática, com o objetivo de realizar uma caracterização de um caso específico. O período temporal específico permite ter uma amostra considerável do trabalho realizado por esta Embaixada a nível cultural, contando ainda com a passagem de dois distintos Embaixadores pela missão diplomática.

Identificámos seis conclusões passíveis de serem suportadas pela investigação desenvolvida nesta dissertação, e que passamos desde já a enumerar:

1. Verifica-se a existência de uma distribuição equitativa no número de atividades organizadas entre as categorias.

2. Verifica-se a opção da Embaixada de Portugal em Atenas por priorizar o desenvolvimento de atividades recorrentes ao invés de atividades esporádicas.
3. Globalmente, verifica-se a existência de uma preocupação da Embaixada de Portugal em Atenas por estender o raio de influência da ação cultural a um leque diversificado de setores culturais.
4. As atividades de promoção direta da língua portuguesa organizadas por esta Embaixada têm uma importância destacada nos sucessivos planos de atividade cultural.
5. A promoção indireta da língua portuguesa é realizada, em larga medida, por atividades culturais inseridas na categoria “Cinema”.
6. A promoção da língua portuguesa é um interesse central na ação cultural da Embaixada de Portugal em Atenas.

Acreditamos que os resultados obtidos nesta investigação são um contributo relevante para o estudo de temáticas tão pouco desenvolvidas como é a questão da promoção da língua para um Estado e o papel de uma missão diplomática na promoção da cultura e língua de um país no estrangeiro. Para aprofundar estas conclusões, pode ser interessante avaliar as diferenças na forma como o português é promovido pelas missões diplomáticas em países de língua oficial portuguesa e em países onde o português não tem esse estatuto, como a Grécia. Também será relevante entender as diferenças na promoção da língua portuguesa entre a CPLP, onde existe uma promoção de um “português global”, tendo em conta os diversos sotaques e “formas de falar”, e a promoção que cada Estado opta por fazer, de acordo com a sua política externa e o seu entender da língua portuguesa.

Referências Bibliográficas

- Actas do Encontro Internacional «Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado»*. (2010). União Latina.
- Aron, R. (2002). *Paz e Guerra entre as Nações*. Universidade de Brasília.
- Bollier, D. (2003). *The Rise of Netpolitik: How the Internet is Changing International Politics and Diplomacy. A Report of the Annual Aspen Institute Roundtable on Information Technology*. Aspen Institute.
- Booth, K. (1979). *Strategy and Ethnocentrism*. Holmes & Meier Publishers.
- Brito, W. (2007). *Direito Diplomático*. IDI-MNE.
- Camões, I.P. (2020). *Relatório de Atividades do Camões, IP*. www.instituto-camoes.pt/
- Camões, I.P. (2016a). Centros Culturais. <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cultura-portuguesa/centros-culturais>
- Camões, I.P. (2016b, junho 15). História do Instituto. <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/gestao-sobrenos/historia>
- Camões, I.P. (2016c, junho 20). Áreas de Atuação. <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/identidade/areas-de-atuacao>
- Camões, I.P. (2016d, agosto 1). Perguntas Frequentes. <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cultura-portuguesa/perguntas-frequentes>
- Castro, I. (2009). A Internacionalização da Língua Portuguesa. *Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses*.
- Constituição da República Portuguesa.
- CPLP. (2014). *Plano de Ação de Lisboa*. https://www.cplp.org/Files/Billeder/cplp/1-Resol_PALis.pdf
- CPLP. (2023). Histórico - Como surgiu? <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>
- Decreto n.º 12/2012, Diário da República, 1.ª série — N.º 115 (2012). www.dre.pt

- Decreto n.º 19/99, Diário da República-I Série-A N.º 138 (1999). www.dre.pt
- Decreto-Lei n.º 21/2012, Diário da República, 1.ª série — N.º 21 (2012). www.dre.pt
- Decreto-Lei n.º 51/2021, Diário da República, 1.ª série, N.º 114 (2021). www.dre.pt
- Decreto-Lei n.º 65-A/2016, Diário da República, 1.ª série — N.º 205 (2016). www.dre.pt
- Decreto-Lei n.º 121/2011, Diário da República, 1.ª série — N.º 249 (2011). www.dre.pt
- Decreto-Lei n.º 165/2006, Diário da República, 1.ª série — N.º 155 (2006).
- Ding, S., & Saunders, R. A. (2006). Talking up China: An analysis of China's rising cultural power and global promotion of the Chinese language. *East Asia*, 23(2), 3-33.
- Dinh, N. Q., Pellet, A., & Daillier, P. (2003). *Direito Internacional Público* (2ª edição). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Duarte, G. R. (2011). Realismo Clássico versus Realismo Estrutural: Natureza humana ou estrutura do sistema? *Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais*, IV(1).
- Governo de Portugal. (1976). *Programa do I Governo Constitucional*.
<https://www.historico.portugal.gov.pt/>
- Governo de Portugal. (1987). *Programa do XI Governo Constitucional*.
<https://www.historico.portugal.gov.pt/>
- Governo de Portugal. (1991). *Programa do XII Governo Constitucional*.
<https://www.historico.portugal.gov.pt/>
- Governo de Portugal. (1995). *Programa do XIII Governo Constitucional*.
<https://www.historico.portugal.gov.pt/>
- Governo de Portugal. (1999). *Programa do XIV Governo Constitucional*.
<https://www.historico.portugal.gov.pt/>
- Governo de Portugal. (2002). *Programa do XV Governo Constitucional*.
<https://www.historico.portugal.gov.pt/>
- Governo de Portugal. (2005). *Programa do XVII Governo Constitucional*.
<https://www.historico.portugal.gov.pt/>

- Governo de Portugal. (2009). *Programa do XVIII Governo Constitucional*.
<https://www.historico.portugal.gov.pt/>
- Governo de Portugal. (2011). *Programa do XIX Governo Constitucional*.
<https://www.historico.portugal.gov.pt/>
- Governo de Portugal. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*.
- Hall, I. (2012). India's New Public Diplomacy. *Asian Survey*, 52(6), 1089–1110.
<https://doi.org/10.1525/as.2012.52.6.1089>
- Hall, I., & Smith, F. (2013). The Struggle for Soft Power in Asia: Public Diplomacy and Regional Competition. *Asian Security*, 9(1), 1–18.
<https://doi.org/10.1080/14799855.2013.760926>
- Hao, A. W., Paul, J., Trott, S., Guo, C., & Wu, H.-H. (2019). Two decades of research on nation branding: A review and future research agenda. *International Marketing Review*, 38(1), 46–69. <https://doi.org/10.1108/IMR-01-2019-0028>
- Johnston, A. I. (1995). Thinking about Strategic Culture. *International Security*, 19(4), 32. <https://doi.org/10.2307/2539119>
- Kissinger, H. (2007). *Diplomacia* (3ª edição). Gradiva.
- Laborinho, A. P. (2010). Para uma política de internacionalização da língua. Em *Actas do Encontro Internacional «Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado»* (pp. 53–62). União Latina.
- Lee, Y. W. (2011). Soft Power as a Productive Power. Em J. Melissen, *Soft Power and Public Diplomacy in East Asia*. Palgrave Macmillan US.
- Lei nº 74/77, Diário da República, I Série-Número 225 (1977). www.dre.pt
- Leonard, M., Stead, C., & Smewing, C. (2002). *Public diplomacy*. Foreign Policy Centre.
- Lusa, A. (2015, dezembro 14). *Presidente da República pede promoção da língua portuguesa na ONU*. SIC Notícias. <https://sicnoticias.pt/pais/2015-12-14-Presidente-da-Republica-pede-promocao-da-lingua-portuguesa-na-ONU>

- Lusa, A. (2022). *Presidente da República defende políticas de promoção da língua portuguesa*. Observador. <https://observador.pt/2022/05/05/presidente-da-republica-defende-politicas-de-promocao-da-lingua-portuguesa/>
- Magalhães, J. C. (2013). *A Diplomacia Pura*. Bizâncio.
- Mattern, J. B. (2005). Why Soft Power Isn't so Soft: Representational Force and Sociolinguistic Construction of Attraction in World Politics. *Journal of International Studies*, 3, 583–612.
- McConnell, F., Moreau, T., & Dittmer, J. (2012). Mimicking state diplomacy: The legitimizing strategies of unofficial diplomacies. *Geoforum*, 43(4), 804–814. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2012.01.007>
- Melissen, J. (2007). The New Public Diplomacy: Soft Power. Em *International Relations*. Palgrave Macmillan US.
- Mendes, P. E. (2021). Identidade, ideias e normas na construção dos interesses em política externa: O caso português. *Análise Social*, 458-487 Páginas. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2018227.09>
- Ministério das Finanças. (2011). *Orçamento do Estado para 2012*. <http://www.min-financas.pt>
- Ministério das Finanças. (2013). *Orçamento do Estado para 2014*. www.portugal.gov.pt
- Ministério das Finanças. (2016). *Orçamento do Estado para 2016*. www.portugal.gov.pt
- Ministério das Finanças. (2022). *Orçamento do Estado para 2022*. <https://oe2022.gov.pt/>
- Moita, L., Valença Pinto, L., & Pereira, P. (2019). *Estudo da estrutura diplomática portuguesa*. OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa. <https://doi.org/10.26619/978-989-8191-97-7>
- Morgenthau, H. (2003). *A Política Entre as Nações*. UnB.

- Negócios Estrangeiros—Orçamento do Estado 2020*. (sem data). Obtido 28 de março de 2023, de <https://arquivo.pt/wayback/20211119140622/https://www.oe2020.gov.pt/areas-governativas/negocios-estrangeiros/>
- Negócios Estrangeiros—Orçamento do Estado 2023*. (sem data). OE2023. Obtido 28 de março de 2023, de <https://oe2023.gov.pt/areas-governativas/negocios-estrangeiros/>
- Neves, J. C. P. (2022). *Rituais de Entendimento—Teoria e Prática Diplomáticas* (3ª edição). Almedina.
- Nicolson, H. (1942). *Diplomacy*. Oxford University Press.
- Oliveira, A. (2017). *Costa quer língua portuguesa como língua oficial da ONU – ECO*. <https://eco.sapo.pt/2017/09/20/costa-quer-lingua-portuguesa-como-lingua-oficial-da-onu/>
- Oliveira, G. M. de. (2019). O Instituto Internacional da Língua Portuguesa da CPLP. *Linha D'Água*, 32(2), 11–36. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v32i2p11-36>
- Pacheco, A. (2019). *A Missão Diplomática Bilateral Permanente: Considerações, Estatuto e Violações (Artigo 22º da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas)*. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Pereira, P. (2018). Portuguese Foreign Policy. Constraints and Responses. Em B. Belli & F. Nasser, *The road ahead: The 21st-century world order in the eyes of policy planners* (pp. 269–283). Fundação Alexandre de Gusmão.
- Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa—Lusofonias—Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. (2010). <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/artigos/rubricas/lusofonias/plano-de-acao-de-brasil-para-a-promocao-a-difusao-e-a-projecao-da-lingua-portuguesa/3542>
- Portal Diplomático*. (2018, maio 4). Celebração do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP com 180 iniciativas em 57 países.

<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/noticias/celebracao-do-dia-da-lingua-portuguesa-e-da-cultura-da-cplp-com-180-iniciativas-em-57-paises>

Portal Diplomático. (2020, setembro 25). Reinício das aulas presenciais da Rede de Ensino Português no Estrangeiro.

<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/reinicio-das-aulas-presenciais-da-rede-de-ensino-portugues-no-estrangeiro>

Portal Diplomático. (2022, maio 4). Dia Mundial da Língua Portuguesa.

<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/comunicados-de-imprensa/dia-mundial-da-lingua-portuguesa>

Portal Diplomático. (s.d.a). Direito Internacional Público. Disponível em

<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/direito-internacional/direito-internacional-publico>

Portal Diplomático. (s.d.b). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/comunidade-de-paises-lingua-portuguesa>

Portal Diplomático. (s.d.c). O que faz o MNE.

<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/sobre-nos/quem-somos/o-que-faz-o-mne>

Portal Diplomático. (s.d.d). Língua e Cultura Portuguesas.

<https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/lingua-e-cultura-portuguesas>

Portaria n.º 194/2012, Diário da República, 1.ª série — N.º 118 (2012). www.dre.pt

Presidência Portuguesa. (2019). *Presidente da República saúda confirmação do Dia da*

Língua Portuguesa. Presidente da República saúda confirmação do Dia da

Língua Portuguesa. <https://www.presidencia.pt/atualidade/toda-a->

atualidade/2019/11/presidente-da-republica-sauda-confirmacao-do-dia-da-
lingua-portuguesa/

Ramos, A. (2014). *Relatório de Estágio—Embaixada de Portugal em Paris* [Relatório de Estágio]. Universidade da Beira Interior.

República Portuguesa. (2016). *Programa Orçamental Representação Externa*.

República Portuguesa. (2017). *Ação Cultural Externa*.

República Portuguesa. (2019). *Ação Cultural Externa*.

República Portuguesa. (2022a). *Ação Cultural Externa*.

República Portuguesa. (2022b). *Língua portuguesa será cada vez mais relevante em todos os domínios*.

<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=lingua-portuguesa-sera-cada-vez-mais-relevante-em-todos-os-dominios>

Resolução da Assembleia da República n.º 16/2017, Diário da República, 1.ª série — N.º 28 (2017). www.dre.pt

Resolução da Assembleia da República n.º 17/2017, Diário da República, 1.ª série — N.º 28 (2017). www.dre.pt

Resolução da Assembleia da República n.º 56/2001, DIÁRIO DA REPÚBLICA— I SÉRIE-A N.º 177 (2001). www.dre.pt

Resolução da Assembleia da República n.º 69/2014, Diário da República, 1.ª série — N.º 13 (2014). www.dre.pt

Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2000, DIÁRIO DA REPÚBLICA— I SÉRIE-B N.º 88 (2000). www.dre.pt

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2016, Diário da República, 1.ª série — N.º 224 (2016). www.dre.pt

Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008, Diário da República, 1.ª série — N.º 231 (2008).

Rojas-Méndez, J. (2013). The nation brand molecule. *Journal of Product & Brand Management*, 22(7), 462–472. <https://doi.org/10.1108/JPBM-09-2013-0385>

- Rose, A. K. (2007). The Foreign Service and Foreign Trade: Embassies as Export Promotion. *The World Economy*, 30, 22–38. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9701.2007.00870.x>
- Satow, E. (1932). *A Guide to Diplomatic Practice*. Longmans, Green and Co.
- Seib, P. (2016). *The Future of Diplomacy*. Polity Press.
- Seib, P. (2014). *Bringing a Hard Edge to Soft Power*. HuffPost.
https://www.huffpost.com/entry/bringing-a-hard-edge-to-s_b_4737213
- Smircich, L. (1983). Concepts of Culture and Organizational Analysis. *Administrative Science Quarterly*, 28(3), 347–351.
- Smith, S., Hadfield, A., & Dunne, T. (Eds.). (2016). *Foreign Policy: Theories, Actors, Cases* (3ª edição). Oxford University Press.
- Snow, N., Taylor, P. M., & Annenberg School of Communications (University of Southern California) (Eds.). (2009). *Routledge handbook of public diplomacy*. Routledge.
- Sousa, F. (2008). *Dicionário de Relações Internacionais* (2ª edição). Afrontamento.
- UN. (1961). *Vienna Convention on Diplomatic Relations*.
- UNESCO. (2019). *WORLD PORTUGUESE LANGUAGE DAY*.
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000370586>
- UNESCO. (2020, junho 8). Dia Mundial Da Língua Portuguesa.
<https://pt.unesco.org/commemorations/portuguese-language-day>
- Walker, S. G., & Schafer, M. (2006). Belief Systems as Causal Mechanisms in World Politics: An Overview of Operational Code Analysis. Em M. Schafer & S. G. Walker (Eds.), *Beliefs and Leadership in World Politics: Methods and Applications of Operational Code Analysis* (pp. 3–22). Palgrave Macmillan US.
https://doi.org/10.1057/9781403983497_1
- Watson, A. (2013). *Diplomacy: The Dialogue Between States* (1ª edição). Routledge.
- Wildavsky, A. (1985). Change in Political Culture. *Politics*, 20(2), 95.

